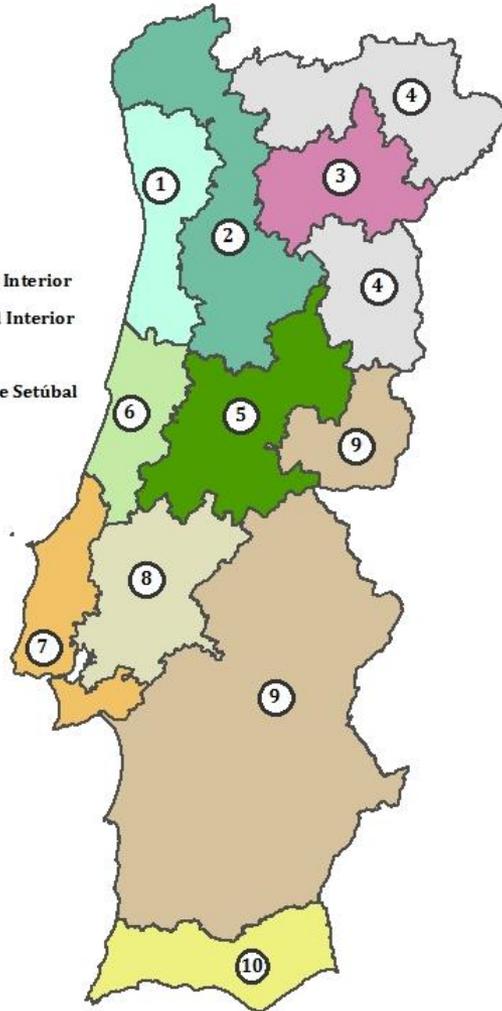


Política Agrícola e Territórios no Limiar 2020

Regiões

Regiões

- 1 - Noroeste Litoral
- 2 - Noroeste Interior
- 3 - Douro e Terra Quente
- 4 - Montanhas e Plan. do Norte Interior
- 5 - Cordilheira Central e Pinhal Interior
- 6 - Centro Litoral
- 7 - Oeste, Lisboa e Península de Setúbal
- 8 - Ribatejo
- 9 - Beira Baixa e Alentejo
- 10 - Algarve



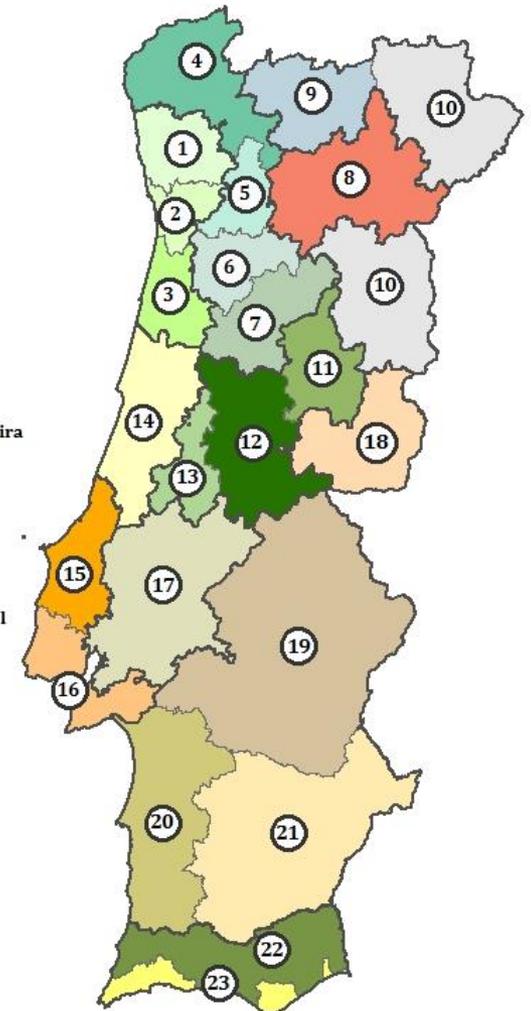
Política Agrícola e Territórios no Limiar 2020

Zonas

Zonas

- 1 - Entre Douro e Minho
- 2 - AM Porto
- 3 - Aveiro e Vouga
- 4 - Alto Minho e Minho Interior
- 5 - Tâmega e Sousa
- 6 - Beira Alta Ocidental
- 7 - Dão e Médio Mondego
- 8 - Douro e Terra Quente
- 9 - Barroso e Alto Tâmega
- 10 - Nordeste
- 11 - Serra da Estrêla e Cova da Beira
- 12 - Pinhal Interior
- 13 - Estremadura Interior
- 14 - Centro Litoral
- 15 - Oeste
- 16 - Lisboa e Península de Setúbal
- 17 - Ribatejo
- 18 - Beira Baixa
- 19 - Alto Alentejo
- 20 - Sado e Alentejo Litoral
- 21 - Baixo Alentejo
- 22 - Serra Algarvia
- 23 - Litoral Algarvio

Regiões



Política Agrícola e Equidade Territorial no Limiar 2020

(Doc. de trabalho, Francisco Cordovil, Abril de 2018)

1. Objetivo, fontes e método
2. Zonagem e grupos de medidas da PAC
3. Ambiente biofísico e ocupação e usos do solo
4. Terra, trabalho e produtividades
5. Cobertura do território pelas explorações agrícolas e pela PAC
6. Diversidade territorial da composição da despesa pública da PAC
7. Variação territorial da intensidade dos apoios da PAC
8. PAC e equidade territorial no limiar 2020

1. Objetivo, fontes e método

Com este trabalho pretende-se contribuir para um debate fundamentado sobre as perspetivas e soluções para melhorar a equidade territorial da repartição da despesa pública afeta à execução da política agrícola comum em Portugal continental.

É um debate oportuno e até indispensável, dado estar-se no início da fase crucial de aprovação das decisões políticas para o próximo período plurianual de programação e execução das políticas comunitárias (2021 – 2027).

Os primeiros destinatários deste contributo são o Governo Português, em particular o Ministro da Agricultura, das Florestas e Desenvolvimento Rural, e os membros do Conselho de Acompanhamento da Revisão da Política Agrícola Comum, instituído através do Despacho 5131/2017, de 8 de Junho.

A disponibilidade e partilha de informação pertinente e atualizada é uma das condições necessárias para que a reflexão coletiva mobilize argumentos racionais e objetivos e não só a defesa de interesses particulares. O intuito do presente documento é contribuir para a criação dessas condições.

Os blocos que estruturam a informação combinam, regra geral, dados obtidos em fontes estatísticas e documentais oficiais e estimativas assentes em investigação aplicada desenvolvida em colaboração com Joaquim Cabral Rolo, no decurso dos últimos anos.

As referidas estimativas visaram, sobretudo, ventilar territorialmente nas escalas consideradas pertinentes a informação que não está disponível com esse detalhe (por exemplo, os dados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 2016) e, também, calcular os valores de variáveis relevantes e cuja repartição territorial não é dada por qualquer fonte estatística oficial (é o caso, por exemplo, da estimativa da repartição por concelhos do Valor Acrescentado Bruto da Agricultura e Silvicultura para 2015-2016).

Refira-se também que para organizar o bloco de informação sobre a repartição territorial da despesa pública da PAC no limiar 2020 se recorreu quer a informação divulgada publicamente (por exemplo, listagens de pagamentos do IFAP divulgadas no respetivo 'site'), quer a apuramentos específicos realizados pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 e pelo GPP. No âmbito do capítulo 2 presta-se uma informação mais detalhada sobre este tópico.

A partição do território do Continente por 10 Regiões e por 23 Zonas, apresentada no capítulo 2, molda todos os resultados expostos nos restantes capítulos, constituindo um aspeto nuclear do exercício efetuado. De facto, a análise de dados que fundamenta esta divisão territorial foi guiada pelo critério principal de permitir individualizar as diversas variantes de incidência espacial dos apoios da PAC seja em termos de intensidade, seja na configuração estrutural da sua composição.

Em consonância com essa opção, o modo como se agruparam as medidas de apoio financeiro da PAC difere dos usualmente adotados em trabalhos deste tipo. Ao consultar-se os capítulos 2 e 6, pode verificar-se que o critério principal de agrupamento das medidas foi a existência de fortes correlações entre elas quanto ao tipo de incidência territorial e aos sistemas de agricultura e tipos de beneficiários a que se destinam preferencialmente.

As opções metodológicas referidas nos dois parágrafos antecedentes ajudam a compreender melhor o racional político das negociações sobre a programação e afetação dos recursos públicos, o qual é em boa medida subsidiário dos diversos interesses e poderes em presença.

Conscientes deste facto, ao entrar-se nos temas dos capítulos 7 e 8, mais diretamente vinculados a opções políticas, não se pretende gerar uma visão neutra e puramente tecnocrática sobre a temática da equidade territorial. Considerou-se, isso sim, indispensável apresentar várias visões de como esta questão pode ser diagnosticada e diversos cenários exemplificativos de trajetórias alternativas de convergência para uma maior equidade territorial.

O facto deste trabalho exploratório se ficar na temática da repartição territorial da despesa pública associada à execução da PAC a nível nacional não significa que o caminho para progredir para maior equidade territorial se baseie apenas em definições de envelopes regionais.

Quando olhamos estas questões nas vertentes mais operacionais, concretas e próximas dos territórios desfavorecidos pela PAC, compreendemos que só é possível remover as dificuldades se a forma de conceber e aplicar as medidas de política for substancialmente diferente daquela que sustenta a atual PAC e os interesses que esta privilegia.

Se tal não for feito, a realidade encarregar-se-á de mostrar que os envelopes destinados aos territórios marginalizados pelos atuais apoios ou não serão executados ou sê-lo-ão reproduzindo no interior desses territórios as mesmas patologias que explicam a sua marginalização.

2. Zonagem e grupos de medidas da PAC...

A partição do território do Continente por 10 Regiões e por 23 Zonas, apresentada neste capítulo 2, molda os resultados expostos nos restantes capítulos, constituindo um aspeto nuclear do exercício efetuado.

A análise de dados que fundamenta esta divisão territorial foi guiada pelo critério principal de permitir individualizar as diversas variantes de incidência espacial dos apoios da PAC seja em termos de intensidade, seja na configuração estrutural da sua composição.

Em consonância com essa opção, o modo como se agruparam as medidas de apoio financeiro da PAC difere dos usualmente adotados em trabalhos deste tipo.

A organização deste capítulo inclui os seguintes blocos e conteúdos:

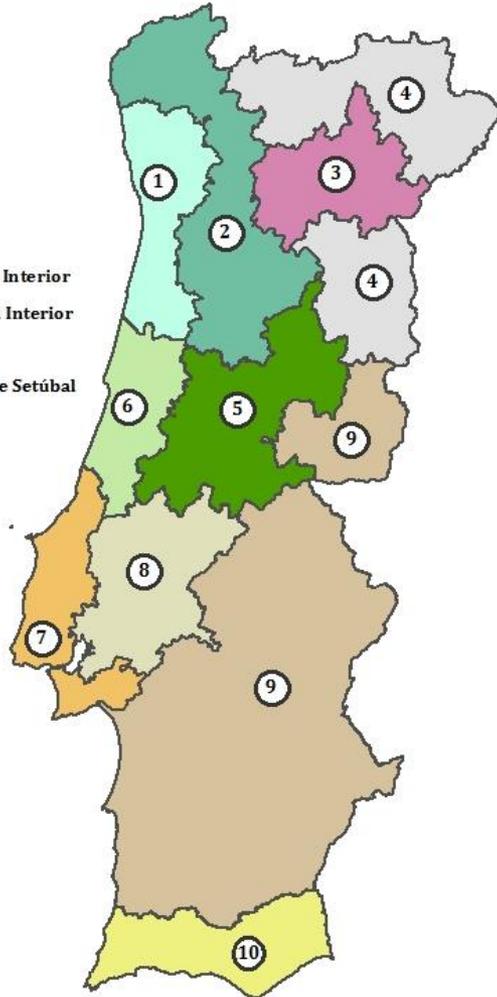
- Mapas das Zonas e Regiões (1ª página);
- Grelha de correspondência Zonas x Regiões (2ª página);
- Nota metodológica sobre a repartição da Despesa Pública PAC por Medidas e Concelhos (3ª pág.);
- Pesos dos grupos de medidas/ métodos de repartição da DP PAC por Concelhos (4ª pág.);
- Identificação dos grupos de medidas e dos respetivos pesos no total da DP PAC (pág. 5 - 8);
- Resumo dos resultados da análise estatística de teste da robustez da zonagem adotada para estudo da dispersão territorial dos pesos das medidas que compõem a despesa PAC (pág. 9 – 10).

Política Agrícola e Territórios no Limiar 2020

Regiões

Regiões

- 1 - Noroeste Litoral
- 2 - Noroeste Interior
- 3 - Douro e Terra Quente
- 4 - Montanhas e Plan. do Norte Interior
- 5 - Cordilheira Central e Pinhal Interior
- 6 - Centro Litoral
- 7 - Oeste, Lisboa e Península de Setúbal
- 8 - Ribatejo
- 9 - Beira Baixa e Alentejo
- 10 - Algarve



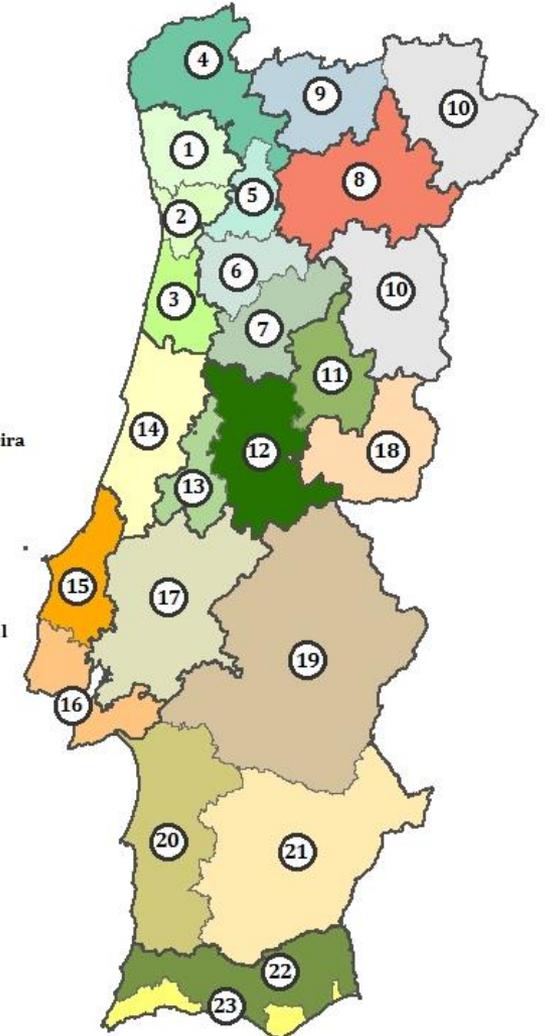
Política Agrícola e Territórios no Limiar 2020

Zonas

Zonas

- 1 - Entre Douro e Minho
- 2 - AM Porto
- 3 - Aveiro e Vouga
- 4 - Alto Minho e Minho Interior
- 5 - Tâmega e Sousa
- 6 - Beira Alta Ocidental
- 7 - Dão e Médio Mondego
- 8 - Douro e Terra Quente
- 9 - Barroso e Alto Tâmega
- 10 - Nordeste
- 11 - Serra da Estrêla e Cova da Beira
- 12 - Pinhal Interior
- 13 - Estremadura Interior
- 14 - Centro Litoral
- 15 - Oeste
- 16 - Lisboa e Península de Setúbal
- 17 - Ribatejo
- 18 - Beira Baixa
- 19 - Alto Alentejo
- 20 - Sado e Alentejo Litoral
- 21 - Baixo Alentejo
- 22 - Serra Algarvia
- 23 - Litoral Algarvio

Regiões



Regiões Zonas	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
	Noroeste Litoral	Noroeste Interior	Douro e Terra Quente	Montanhas e Planaltos do Norte Interior	Cordilheira Central e Pinhal Interior	Centro Litoral	Oeste, Lisboa e Península de Setúbal	Ribatejo	Beira Baixa e Alentejo	Algarve
1 Entre Douro e Minho										
2 AM Porto										
3 Aveiro e Vouga										
4 Alto Minho e Minho Interior										
5 Tâmega e Sousa										
6 Beira Alta Ocidental										
7 Dão e Médio Mondego										
8 Douro e Terra Quente										
9 Barroso e Alto Tâmega										
10 Nordeste										
11 S. da Estrêla e Cova da Beira										
12 Pinhal Interior										
13 Estremadura Interior										
14 Centro Litoral										
15 Oeste										
16 Lisboa e Peníns. de Setúbal										
17 Ribatejo										
18 Beira Baixa										
19 Alto Alentejo										
20 Sado e Alentejo Litoral										
21 Baixo Alentejo										
22 Serra Algarvia										
23 Litoral Algarvio										

Repartição da Despesa Pública da PAC por Medidas e Concelhos no Limiar 2020 Nota Metodológica - Francisco Cordovil (Março de 2018)	
Fontes principais	
1-	Dados do PU 2015 e estimativa para 2019, ponderando o processo de convergência e algumas outras alterações menores no período 2015-2019. Apuramentos realizados por GPP.
2-	Compromissos (aprovações) do PDR 2020 acumulados em 27/Agosto/2017. Apuramentos realizados por Autoridade de Gestão do PDR 2020.
3-	Pagamentos em 2014, 2015 e 2016, por Beneficiários e Medidas, Divulgados pelo IFAP em https://aplj13.ifap.min-agricultura.pt/idigital.consultarFundos/
Métodos e Créditos	
1.	Todas as opções metodológicas e cálculos são de responsabilidade do autor (Francisco Cordovil). Mas a sua realização é devedora da colaboração das entidades públicas que apuraram e forneceram a informação primária acima referida.
2.	Na tabela da página seguinte sintetizam-se os métodos utilizados para repartir a despesa pública do PDR 2020 por concelhos e o seu peso nos resultados finais.
3.	<p>Para as medidas do PDR 2020 considerou-se como Despesa Pública Total (Continente) a ventilar por concelhos a dotação média anual constante da Programação de Outubro de 2017, exceto nas situações de overbooking (valor acumulado dos compromissos superiores ao programado) em que se adoptou o valor acumulado das aprovações em 31.10.2017.</p> <p>Registe-se que, na referida data, o valor total de Overbooking do PDR 2020 era de 247,5 Milhões, devendo-se na totalidade às medidas agroambientais e nestas em 87% (215 milhões €) a três ações:</p> <p>7.2.1 - Produção Integrada (143,7 milhões €); 7.1- Agricultura biológica (37,8 milhões €); e 7.6. Culturas Permanentes Tradicionais (33,5 milhões €).</p>

Peso % dos Grupos de Medidas/ Métodos Repartição por Concelhos na Despesa Pública do PDR 2020	% da DP PDR2020 sem Assistência Técnica, Reforma Antecipada e Reserva de Eficiência		
1. Não Aplicável	4,1	15,4	
2. Sem Referências Suficientes	11,3		
3. Com base em Pagamentos IFAP 2014_2016 e complementarmente aprovações 27.8. 2017	6,1	51,1	84,6
4. Com base em aprovações em 31.8.2017 e análise complementar de pagamentos IFAP 2014_16	45,1		
5. PU 2015	33,5		
Total	100,0		

A repartição da despesa pública PAC por concelhos abarcou 85% do valor total das dotações de medidas do PDR 2020

PAC e Equidade Territorial - Grupos de Medidas

Grupo 1 - Repartição Territorial - Alta Correlação com SAU

Grupo 2 - Apoio a Org. Produtores e ADL a Leite, Arroz e Tomate

Grupo 3 - Apoio ao Investimento Agrícola e Agroindustrial

Grupo 4 - Outras Med. Agroambientais e Invest. Não Produtivos

Grupo 5 - Medidas Florestais

Grupo 6 - Pequena Agricultura, Pag. Redistributivo e Peq. Inv EA

Grupo 7 - Apoios Compensatórios a Zonas de Montanha

Grupo 1 - Medidas: Repartição Territorial - Alta Correlação com SAU

			% DP PAC Total Regionalizada		R_SAU
Sub_Grupos			52,7		
RPB	RPB Normal e Greening	1a	33,7	33,9	0,972
	RPB jovens		0,2		0,937
ADL	Vacas em Aleitamento	1b	4,6	7,2	0,955
	Pagamento aos Ovinos e Caprinos		2,6		0,970
MAA	7.2.1. Produção Integrada	1c	6,0	8,5	0,921
	7.1. Agricultura Biológica		2,1		0,915
	7.7.2. Past. Ext. Man. Sist. ASP Sob Montado ou Carv. Negral		0,4		0,879
	7.4.1. Conserv. Solo - Sem. Direta ou Mobil. Linha		0,1		0,915
MZD_CNS e Pag. Natura	MZD - Condiç. Naturais Significativas	1d	2,4	3,1	0,943
	Pagamentos Natura		0,7		0,921

Grupo 2 - Apoio a Org. de Produtores e ADL a Leite, Arroz e Tomate

			% DP PAC Total Regionalizada	
Sub_Grupos			7,7	
OP	Apoio às Organizações de Produtores Frutos, Horticultura, Viticultura e Apicultura	2a	6,0	6,0
ADL	Vacas Leite	2b	1,0	1,7
	Pagamento associado ao Arroz		0,4	
	Pagamento associado ao Tomate		0,3	

Grupo 3 - Apoio ao Investimento Agrícola e Agroindustrial

			% DP PAC Total Regionalizada	
Sub_Grupos			18,0	
Investimento Agrícola e Agroflorestal	3.2.1. Investimentos nas Explorações Agrícolas	3a	9,6	12,0
	3.1. Jovens agricultores		2,4	
	8.1.2. Instalação de Sistemas Agroflorestais		0,0	
Regadio e Melhoramentos Fundiários	3.4.2. Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes	3b	2,5	3,2
	7.5.1. Uso Eficiente da Água		0,4	
	3.4.3. Drenagem e Estruturação Fundiária		0,3	
Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas	3.3.1. Investimento na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas	3c	2,6	2,8
	3.3.2. Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas		0,2	

Grupo 4 - Outras Med. Agroambientais e Invest. Não Produtivos

		% DP PAC Total Region.
		3,3
7.6.1 Cult. Perman. Trad. e Douro V.	4	1,8
7.8.1. Raças Autótones		0,7
7.3.2 Pag. Rede Natura - Apoios Zonais AA		0,4
7.11.1 Investimentos Não produtivos		0,2
7.4.2 Conserv. Solo - Enrelv. Entrel CP		0,2

Grupo 5 - Medidas Florestais

		% DP PAC Total Region.
		5,7
8.1.1. Florestação de Terras Agrícolas e Não-agrícolas	5	2,1
8.1.5. Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas		1,0
8.1.3. Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos		0,9
8.1.4. Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos		0,9
8.1.6. Melhoria do Valor Económico das Florestas		0,78
7.9.1. Mosaico Agroflorestal		0,01
7.12.1. Apoio AA Apicultura		0,01

Grupo 6 - Pequena Agricultura, Pag. Redistributivo e Peq. Inv EA

		% DP PAC Total Region.
		5,3
Regime da Pequena Agricultura (RPA)	6a	3,6
Pagamento redistributivo		1,3
3.2.2. Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas	6b	0,4

Grupo 7 - Apoios Compensatórios a Zonas de Montanha

		% DP PAC Total Region.
		7,3
MZD_Zonas de Montanha	7	6,95
7.7.1_e_7.7.3. Past. Extensiv, Lameiros e Lobo lb.		0,30
MZD_Condicionantes Específicas		0,05

ETA^2
Quota parte da dispersão de uma variável por Concelhos explicada pelas diferenças entre zonas

= (Soma Ponderada dos Quadrados das Diferenças das Médias das Zonas à Média CT) / (Soma dos quadrados das diferenças dos valores dos concelhos à Média CT)

ETA^2
Quota parte da dispersão de uma variável por Concelhos explicada pelas diferenças entre zonas

= (Soma Ponderada dos Quadrados das Diferenças das Médias das Zonas à Média CT) / (Soma dos quadrados das diferenças dos valores dos concelhos à Média CT)

Ponderado pela DP PAC Total		Soma dos Quadrados SQ	ETA2 SQ entre Zonas / SQ Total	ETA
TOTAL	Entre Grupos	= Entre Zonas	52 730	0,67
	Nos grupos	= Intra_Zonas (entre Concelhos)	26 110	0,82
	Total	Total - Entre Concelhos	78 841	

Medidas de Associação
Detalhe da Análise das 15 Variáveis Mais Importantes (84,3% da DP)

Ordem DEC ETA	Ordem Peso		Eta	Eta ao quadrado
1	3	MZD_Mont * Cod_Zona	0,964	0,928
2	9	MZD_C_Nat * Cod_Zona	0,890	0,793
3	1	RPB_n_g * Cod_Zona	0,855	0,731
4	13	P_distrib * Cod_Zona	0,849	0,720
5	14	Vaca_leite * Cod_Zona	0,844	0,712
6	6	Vaca_al * Cod_Zona	0,839	0,704
7	15	AA_Ext_Montado * Cod_Zona	0,830	0,690
8	7	RPA * Cod_Zona	0,826	0,683
9	10	Inv_JA * Cod_Zona	0,788	0,621
10	4	OP_FHA * Cod_Zona	0,715	0,511
11	8	Ov_Capr * Cod_Zona	0,707	0,500
12	12	AA_CP_Trad_e_DV * Cod_Zona	0,693	0,481
13	11	AA_Bio * Cod_Zona	0,667	0,445
14	2	INV_EA * Cod_Zona	0,638	0,407
15	5	AA_P_Int * Cod_Zona	0,630	0,397

A análise das médias (comando *Means* do SPSS), para testar a robustez da zonagem adotada para estudo da dispersão territorial dos pesos de 40 medidas dos 2 pilares no total da despesa PAC, revela que **67% da dispersão a nível concelhio (278 concelhos) é estatisticamente explicável pela dispersão entre as 23 zonas.**

A análise variável a variável permite concluir que **essa capacidade explicativa é, em geral, muito elevada no caso das medidas com maior peso na despesa e maior dispersão territorial.**

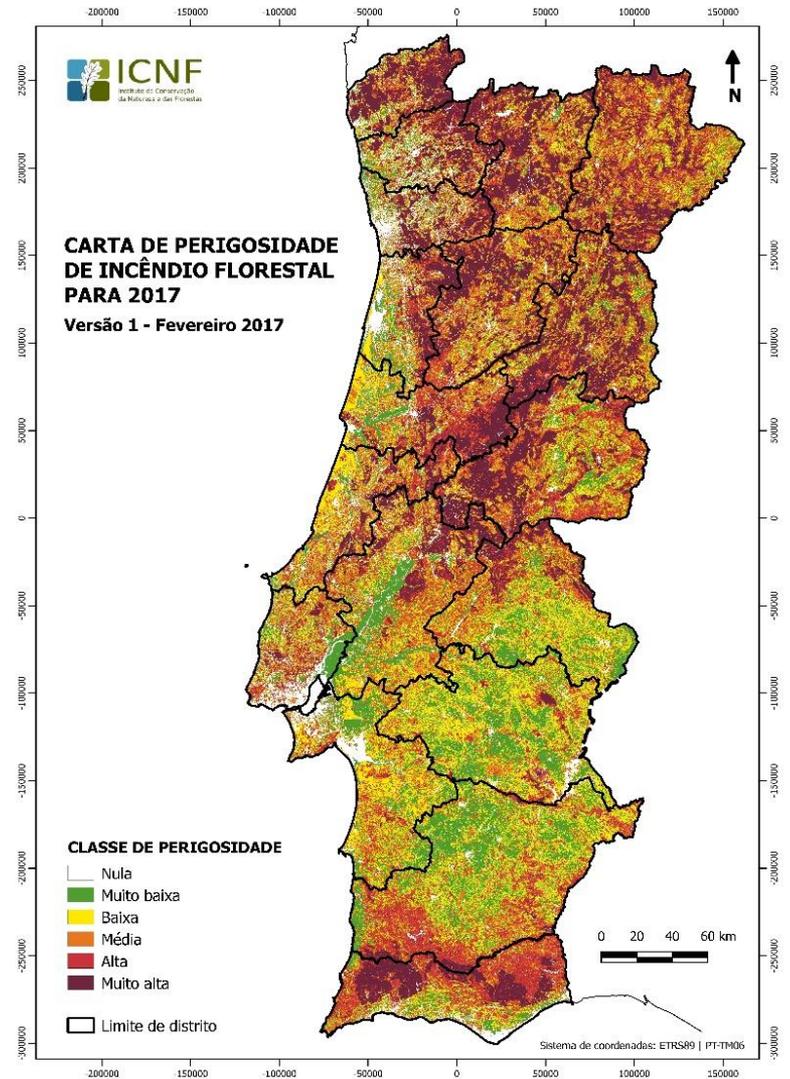
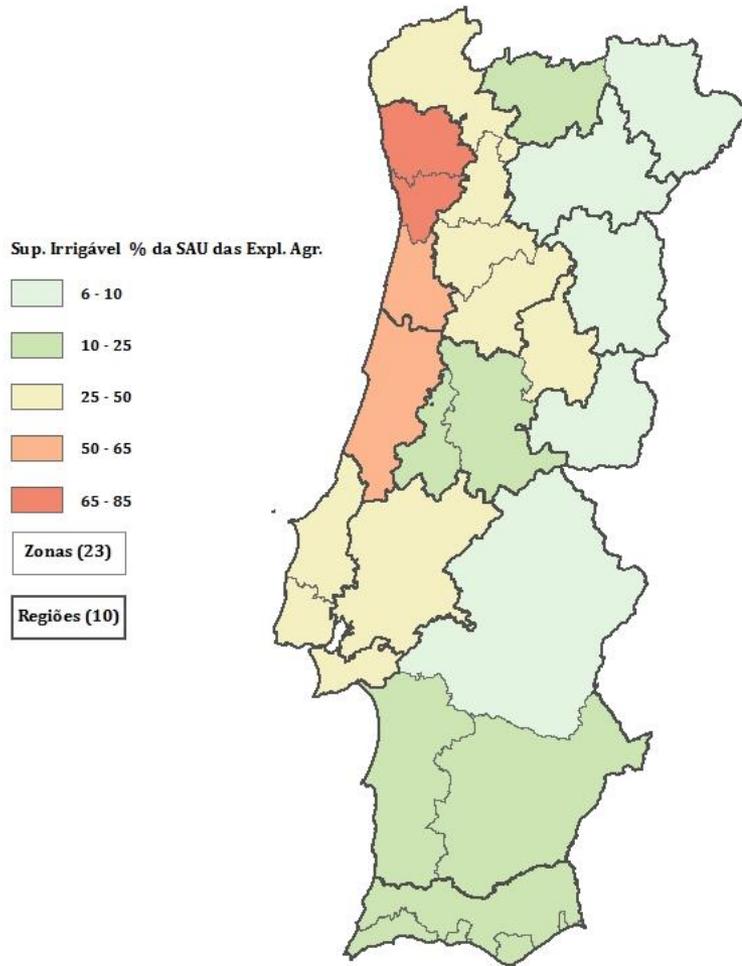
Ponderado pela DP Total Y			Soma dos Quadrados SQ	ETA2 SQ entre Regiões / SQ Total	ETA
TOTAL	Entre Grupos	= Entre Regiões	46 454	0,59	0,77
	Nos grupos	= Intra_Regiões (entre Concelhos)	32 386	Diferença Zonas - Regiões	
	Total	Total - Entre Concelhos	78 841	ETA2	ETA
				0,0796	0,0502
				A capacidade explicativa das (10) Regiões é alta, embora um pouco inferior, como é compreensível, à das (23) zonas	

Medidas de Associação
Detalhe da Análise das 15 Variáveis Mais Importantes (84,3% da DP)

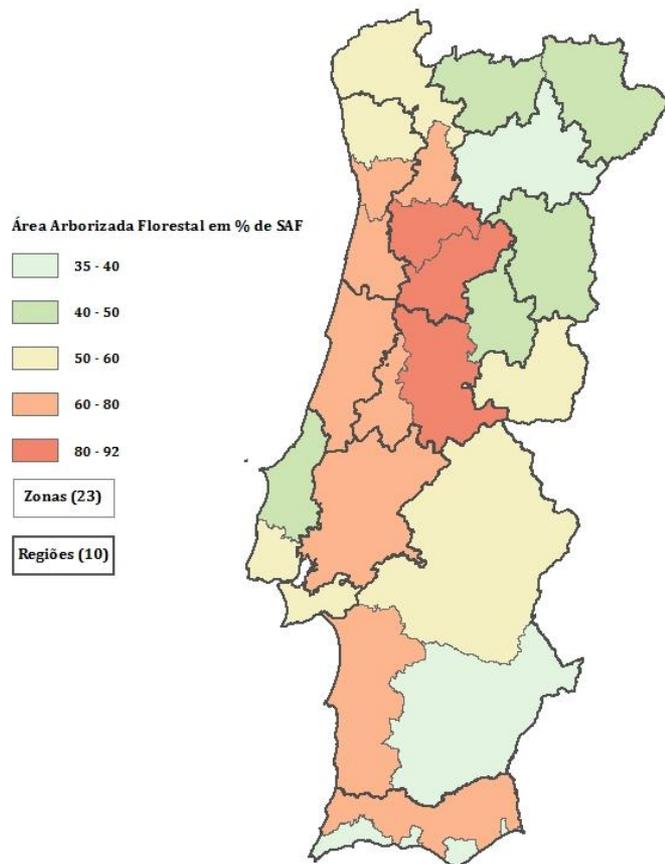
Ordem DEC ETA	Ordem Peso		Eta	Eta ao quadrado
1	3	MZD_Mont * Cod_reg	0,953	0,908
2	9	MZD_C_Nat * Cod_reg	0,876	0,767
3	13	P_distrib * Cod_reg	0,820	0,672
4	1	RPB_n_g * Cod_reg	0,819	0,671
5	7	RPA * Cod_reg	0,790	0,624
6	14	Vaca_Leite * Cod_reg	0,747	0,558
7	6	Vaca_al * Cod_reg	0,743	0,553
8	15	AA_Ext_Montado * Cod_reg	0,714	0,509
9	10	Inv_JA * Cod_reg	0,677	0,458
10	12	AA_CP_Trad_e_DV * Cod_reg	0,654	0,428
11	4	OP_FHA * Cod_reg	0,649	0,421
12	8	Ov_Capr * Cod_reg	0,627	0,393
13	5	AA_P_Int * Cod_reg	0,556	0,309
14	2	INV_EA * Cod_reg	0,477	0,227
15	11	AA_Bio * Cod_reg	0,437	0,191

3. Ambiente biofísico e ocupação e uso do solo...

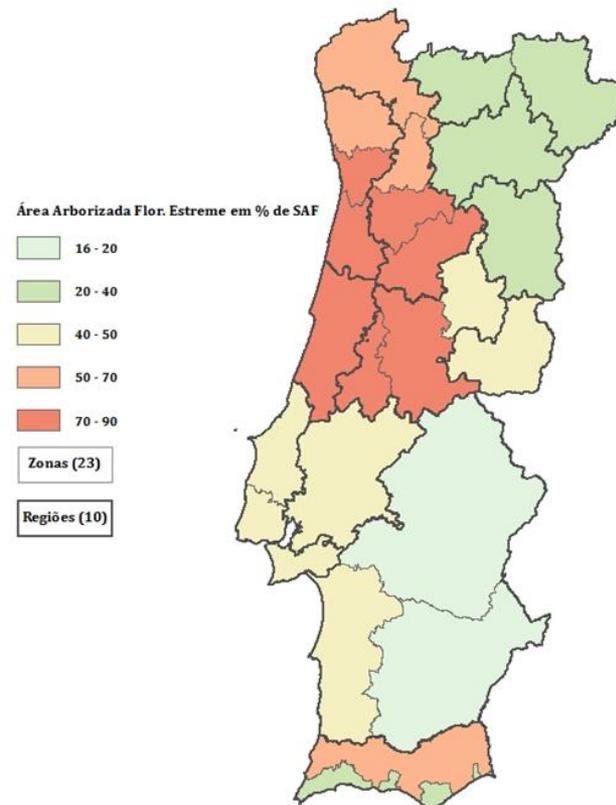
Superfície Irrigável em % da SAU das Explorações Agrícolas



Área Arborizada Florestal em % da Sup. Agrícola e Florestal total

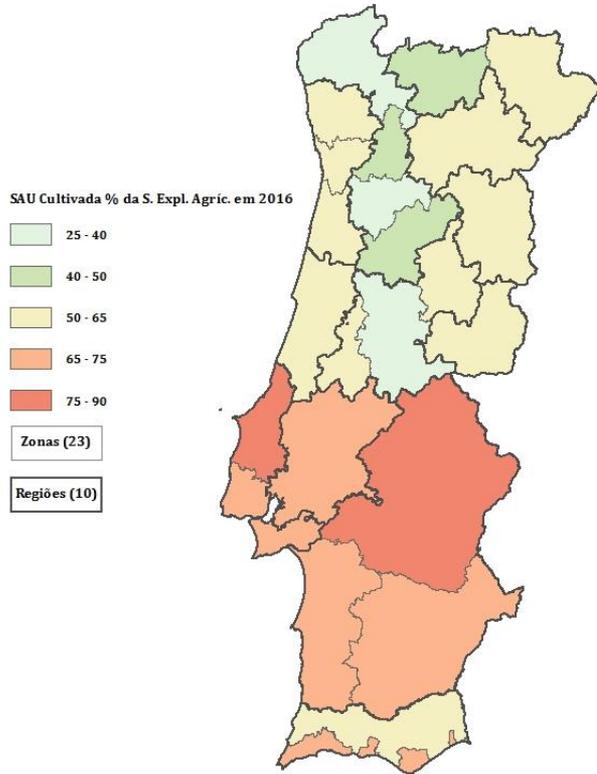


Área Arborizada Florestal Estreme em % da Sup. Agrícola e Florestal total

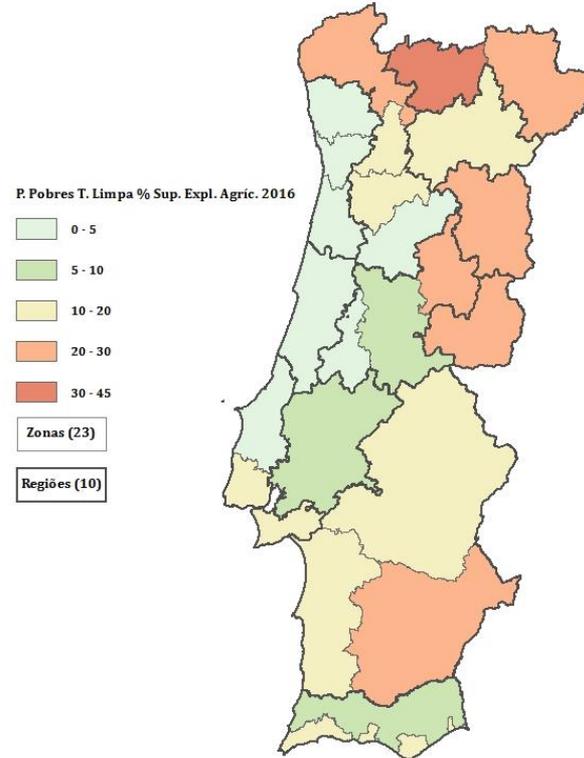


Considerando as áreas dadas pelos Inventários Florestais, a taxa de arborização florestal varia muito territorialmente... Para compreender as grandes diferenças de cobertura dos territórios pelas medidas (e DP) da PAC é especialmente relevante reter as indicações do mapa à direita: nas dez zonas mais expostas à influência atlântica e na serra algarvia a taxa de arborização florestal estreme ultrapassa os 50%, superando mesmo os 70% em sete dessas onze zonas.

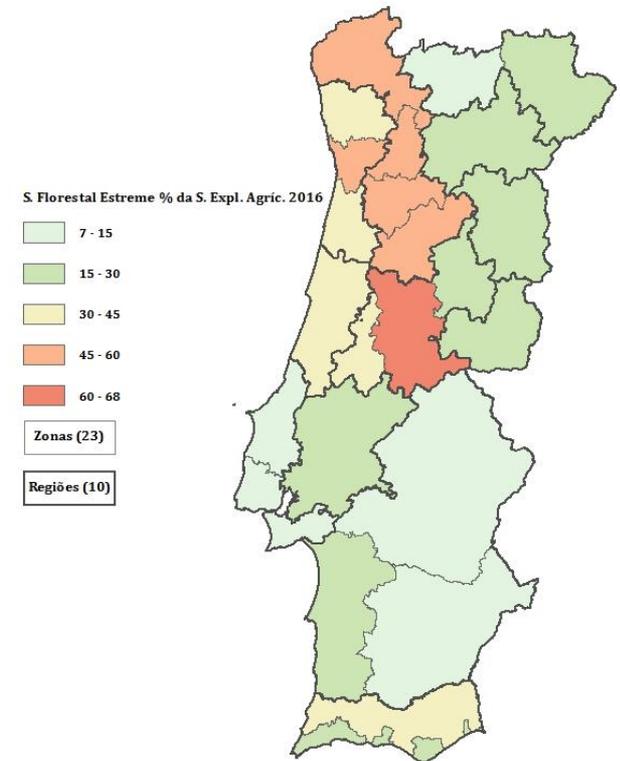
SAU Cultivada em % da Superfície das Explorações Agrícolas



Pastagens Pobres em Terra Limpa % da Sup. das Explorações Agrícolas



Sup. Florestal sem Ocupação do Sob Coberto em % da Sup. das Expl. Agrícolas



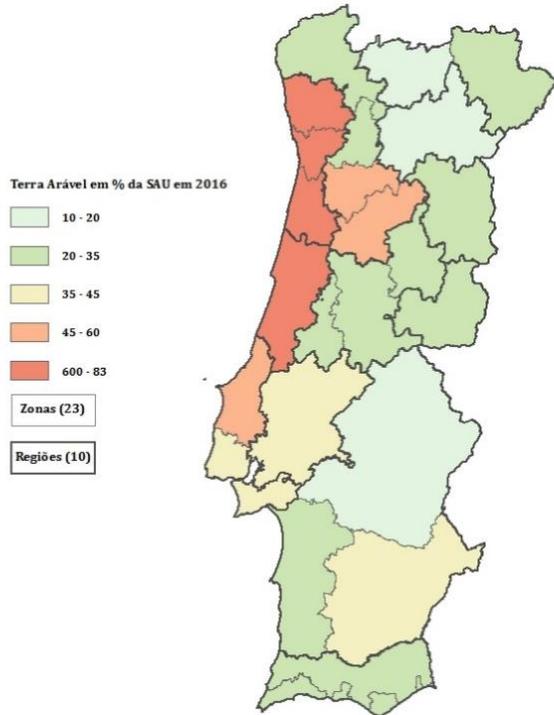
A repartição da superfície das explorações agrícolas (SEA) por três grandes tipos de ocupação e uso do solo também varia muito territorialmente, o que tem importantes reflexos na cobertura das diferentes zonas pelas medidas da PAC e na composição das dotações financeiras respetivas.

Registe-se, em primeiro lugar, a existência de uma zona (Pinhal Interior) onde a floresta estreme ocupa mais de 60% da SEA e de outras 5 zonas onde este indicador ultrapassa os 45%.

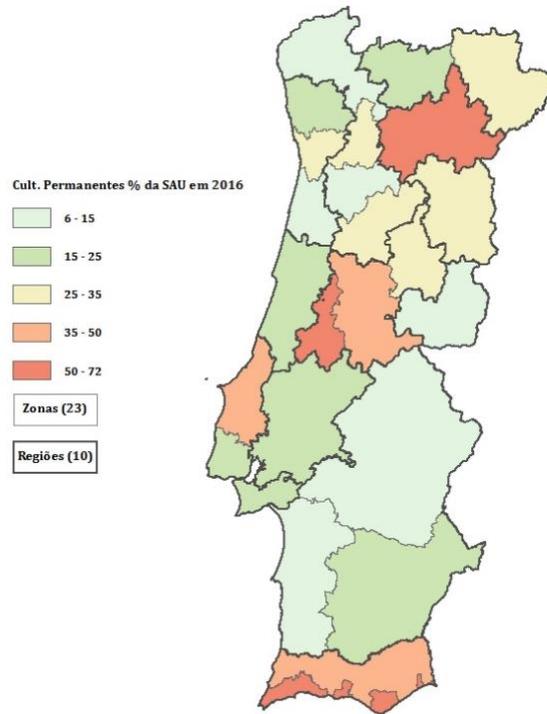
Em segundo lugar, note-se que em toda a fachada mais interior do território, à exceção do Alto Alentejo, e nas Zonas do Alto Minho e Minho Interior e do Barroso e Alto Tâmega a SAU não cultivada (Past. Pobres em Terra Limpa) excede os 20% da SEA.

Finalmente, assinala-se a extensão e contiguidade dos territórios do sul onde a SAU cultivada supera os 65% da SEA.

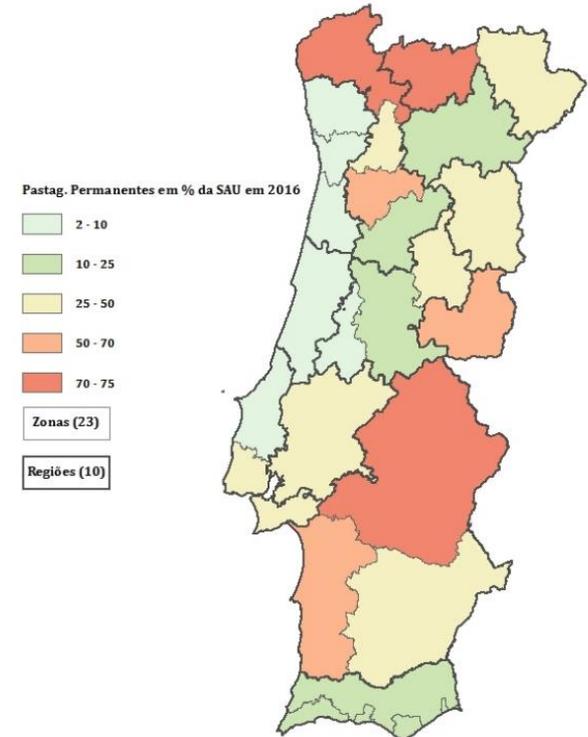
Terra Arável em % da SAU em 2016



Culturas Permanentes em % da SAU em 2016



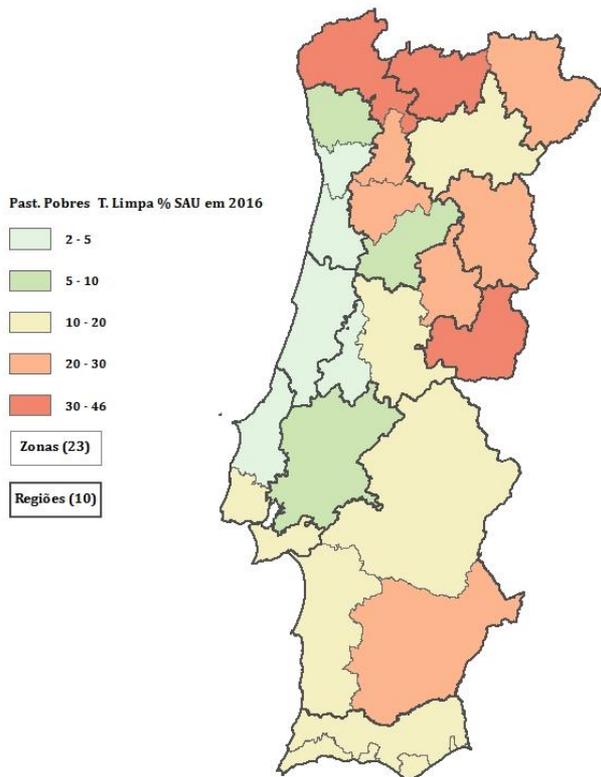
Pastagens Permanentes em % da SAU em 2016



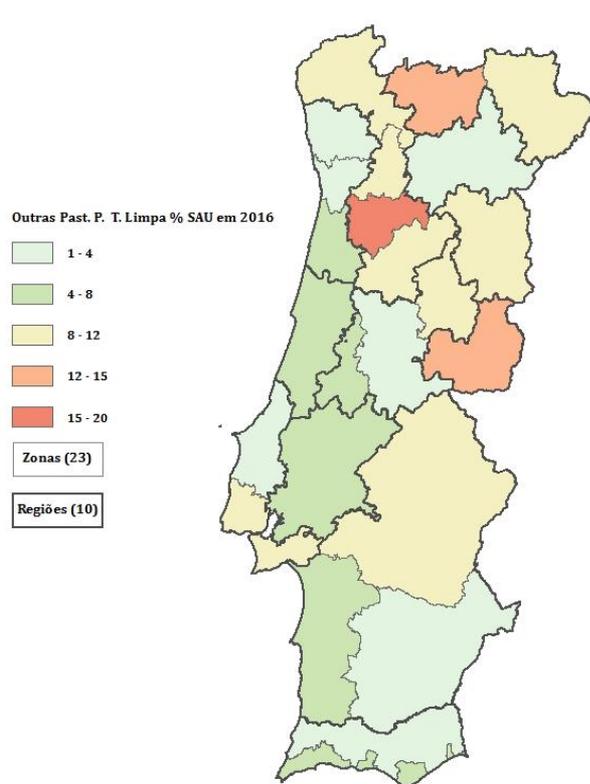
Para avaliar o significado destes três Mapas sobre a ocupação cultural da SAU convém ter presente que nas pastagens permanentes (Mapa à direita) estão incluídas as áreas em terra limpa e em sob coberto florestal e, também, o peso muito variável desta culturas na SAU das diversas zonas.

Este segundo aspeto implica que a comparação da importância relativa da terra arável e das culturas permanentes entre zonas com níveis muito diferentes de incidência das pastagens deva ser feita com prudência. Por exemplo, no Alto Alentejo a elevadíssima representação das pastagens tende a 'abafar' a conhecida importância das culturas permanentes (vinha e olival) na agricultura da zona.

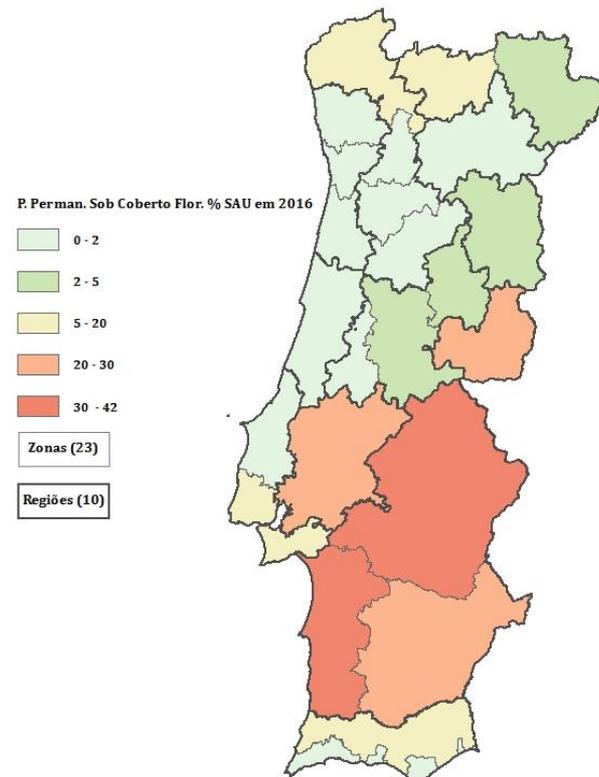
**Pastagens Permanentes Pobres em Terra Limpa
% da SAU em 2016**



**Outras Pastagens Perman. em Terra Limpa
em % da SAU em 2016**



**Pastagens Permanentes em Sob Coberto
Florestal em % da SAU em 2016**

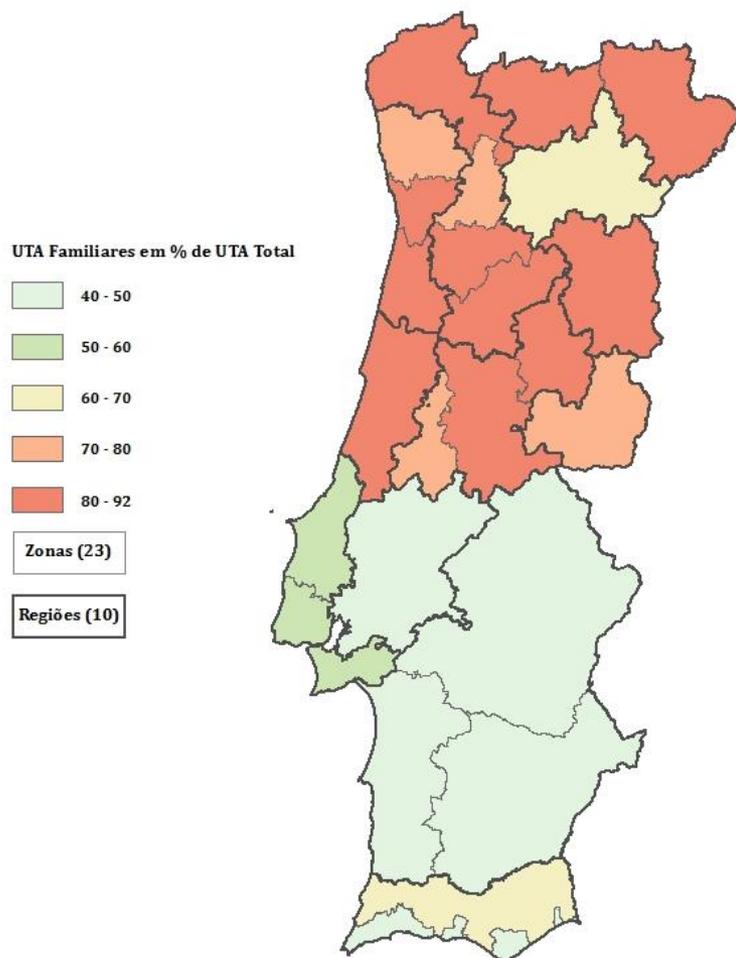


No Continente a quota parte das pastagens permanentes em terra limpa e no sob coberto é semelhante: em conjunto ocupam 51% da SAU, cabendo à terra limpa 28% (dos quais 20% cabem às pastagens pobres) e ao sob coberto florestal 23%. No cômputo global o peso das pastagens pobres, incluindo a componente em sob coberto florestal, que representa mais de 80% desta parcela, detêm 38% dos 51%. O peso das pastagens permanentes espontâneas melhoradas ou semeadas em terra limpa é diminuto, só ultrapassando os 20% da SAU em três das vinte e três zonas (cf. Mapa ao centro).

Mas essa configuração média esconde os grandes contrastes territoriais quer na importância das pastagens permanentes na SAU, quer na sua repartição (cf. o contraste entre as zonas de montanha do Norte e Centro e as Regiões do Ribatejo e da Beira Baixa e Alentejo).

4. Terra, trabalho e produtividades

Unidades de Trabalho Anual (UTA) Familiares em % das UTA Total

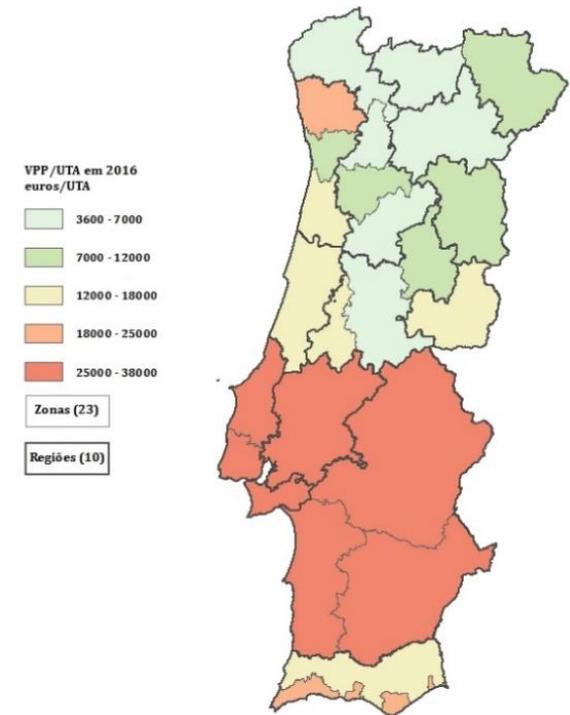
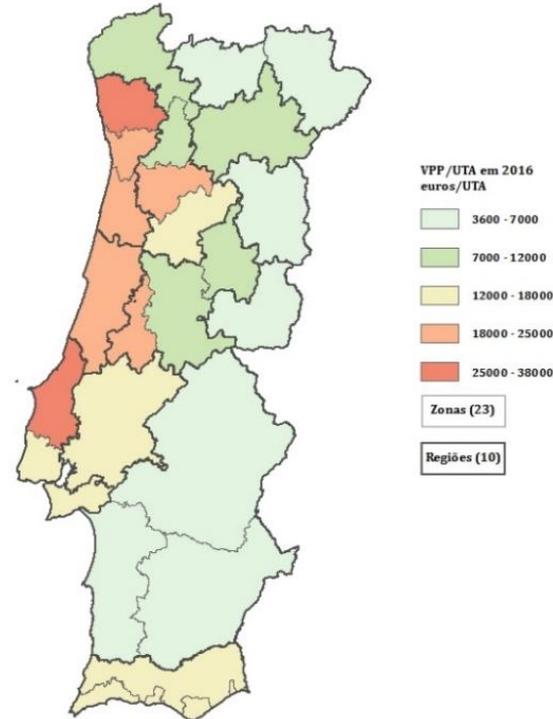
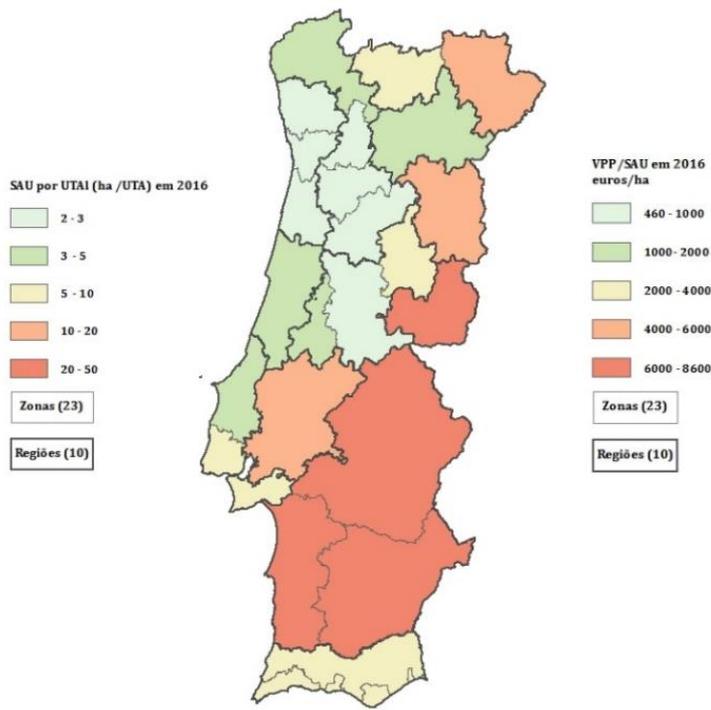


Um indicador expressivo das grandes e crescentes clivagens regionais no domínio das estruturas socioeconómicas e da composição social dos agricultores e trabalhadores agrícolas, com o resistente contraste entre os territórios a norte e a sul do Tejo e da Cordilheira Central, a que escapam apenas alguns enclaves (p.e. Douro e Terra Quente, a norte, e Algarve, a Sul).

SAU por Unidade de Trabalho Anual (ha/UTA) em 2016

Valor da Produção Padrão Agrícola
por hectare de SAU (VPP/SAU) em 2016

Valor da Produção Padrão Agrícola
por UTA (VPP/UTA) em 2016



Um dos traços característicos da estrutura agrária de Portugal Continental é a ausência de correlação entre a repartição territorial da SAU, por um lado, e as do volume de trabalho e da produção agrícola, por outro.

Os três mapas mostram como é grande a dispersão territorial dos valores de SAU por UTA e de VPP por UTA: no primeiro indicador a média no Continente é de 12 hectares por UTA, mas em 21 das 23 zonas situa-se abaixo dos 5 hectares ou, no polo oposto, acima dos 10 hectares por UTA; no segundo indicador a média é de 15,5 mil euros de VPP por UTA, mas nas zonas das regiões Oeste, Lisboa e Península de Setúbal e do Ribatejo, bem como no Alentejo, ultrapassa os 25 mil euros, enquanto em 7 zonas a norte do Tejo fica aquém dos 7 mil euros e noutras 5 entre 7 e 12 mil.

Conjugando a informação dos três mapas, sobressai uma outra conclusão: a maior ou menor disponibilidade de terra por UTA é o fator fundamental explicativo das diferenças de produtividade bruta do trabalho agrícola, pois, nas zonas com altas produtividades do trabalho, regra geral e com poucas exceções, as produtividades da terra são baixas.

5. Cobertura do território pelas explorações agrícolas e pela PAC

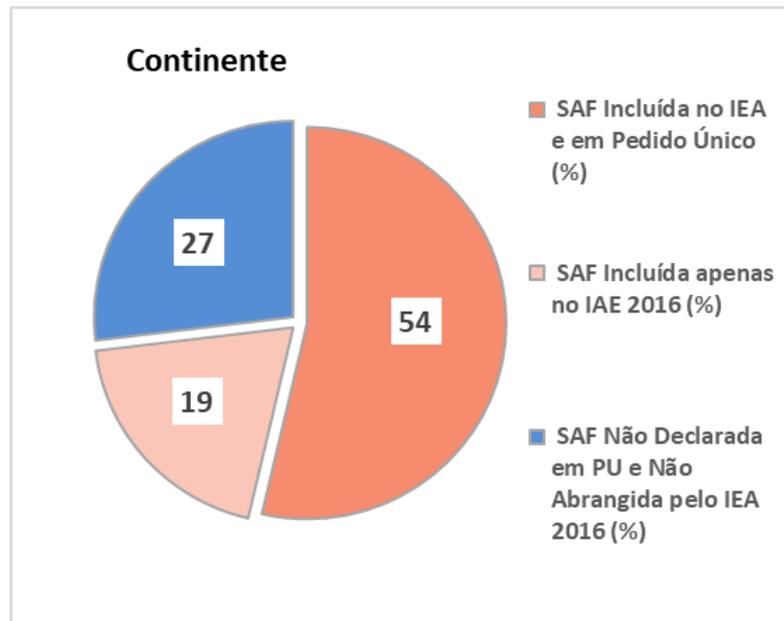
Este capítulo 5 abre a parte nuclear do trabalho mais diretamente focada nas perspetivas e soluções para melhorar a equidade territorial da repartição da despesa pública afeta à execução da política agrícola comum em Portugal continental.

Chama-se aqui a atenção para uma das razões principais justificativas dos grandes desequilíbrios das medidas da PAC na resposta às necessidades e potencialidades das diversas comunidades rurais e dos diferentes tipos de proprietários e produtores que gerem os espaços rústicos.

Com se observará neste capítulo e nos seguintes, as explorações agrícolas só enquadram uma parte da terras com utilização produtiva agrícola e florestal e, além disso, a influência mais efetiva dos instrumentos da política agrícola, na vertente financeira, cinge-se a uma parte do universo das explorações agrícolas e agricultores, quase coincidente com os beneficiários dos pagamentos diretos do primeiro pilar e das medidas superfície (agroambientais e zonas desfavorecidas) integradas no PDR2020.

**Cobertura da Sup. Agrícola e Florestal Total
pelo IEA 2016 (Explorações Agrícolas)
e Pelo PU 2015**

	% da SAF Total		
	SAF Incluída no IEA 2016 e em Pedido Único (%)	SAF Incluída apenas no IEA 2016 (%)	SAF Não Declarada em PU e Não Abrangida pelo IEA 2016
	%	%	%
Continente	53,6	19,4	26,9
1 Noroeste Litoral	23,4	33,5	43,1
2 Noroeste Interior	24,1	37,4	38,5
3 Douro e Terra Quente	61,8	19,9	18,4
4 Mont. e Planalt. Norte Interior	57,2	18,7	24,1
9 Cordilh. Central e Pinhal Interior	16,8	24,4	58,8
5 Centro Litoral	14,7	21,4	63,9
6 Oeste, Lisboa e Setúbal	26,7	34,9	38,4
7 Ribatejo	53,6	16,9	29,5
8 Beira Baixa e Alentejo	73,5	11,5	15,0
10 Algarve	29,7	37,8	32,5

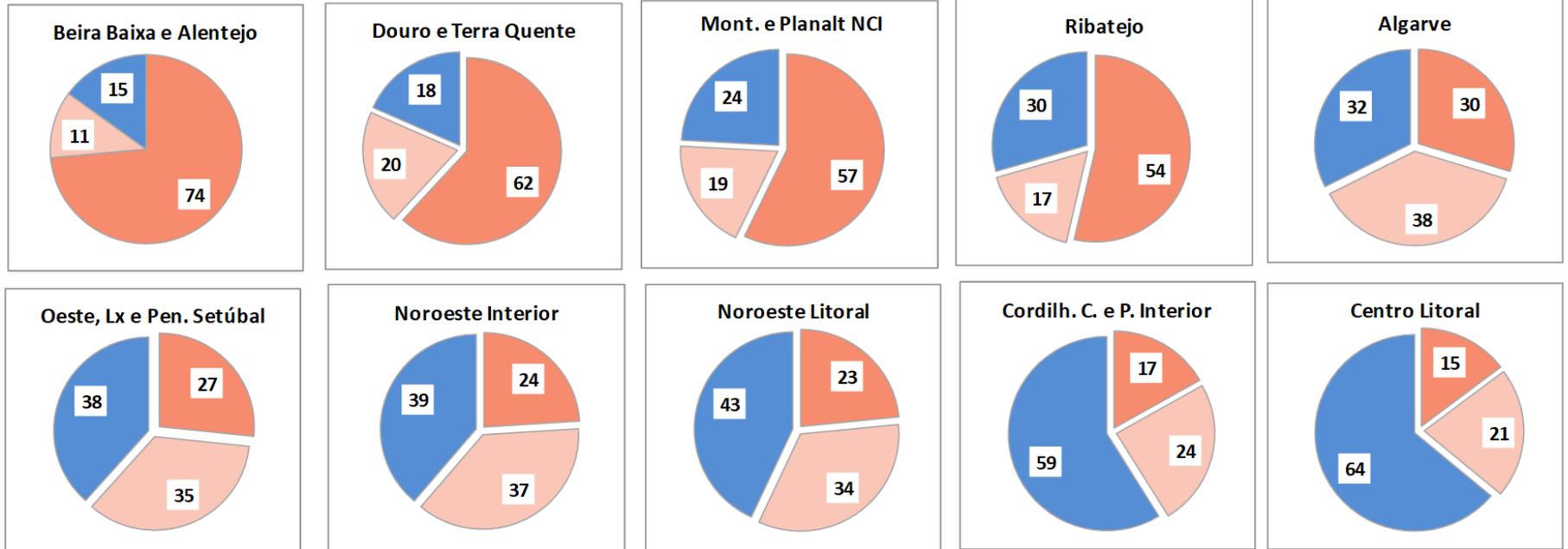


A superfície agrícola e florestal (SAF) das explorações agrícolas estimada pelo Inquérito à Explorações Agrícolas de 2016 (IEA 2016) abarca cerca de 73% da SAF do Continente. E a superfície potencialmente elegível declarada no PU 2015 representa uma % semelhante da SAF apurada pelo IEA2016, pelo que a área declarada em PU corresponde a pouco mais de metade (54%) da SAF do Continente.

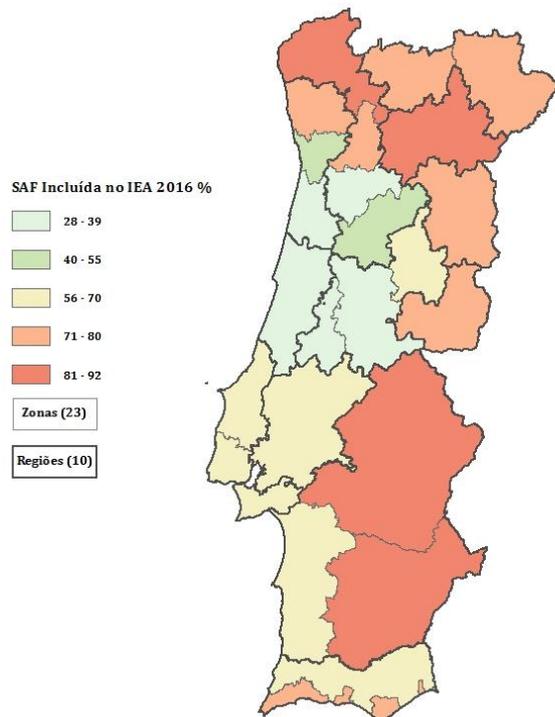
Mas estes indicadores de cobertura variam muito territorialmente....

Repartição (%) da Superfície Agrícola e Florestal segundo a Cobertura pelas Áreas Declaradas no Pedido Único ou pelo Inquérito às Explorações Agrícolas (IEA 2016)

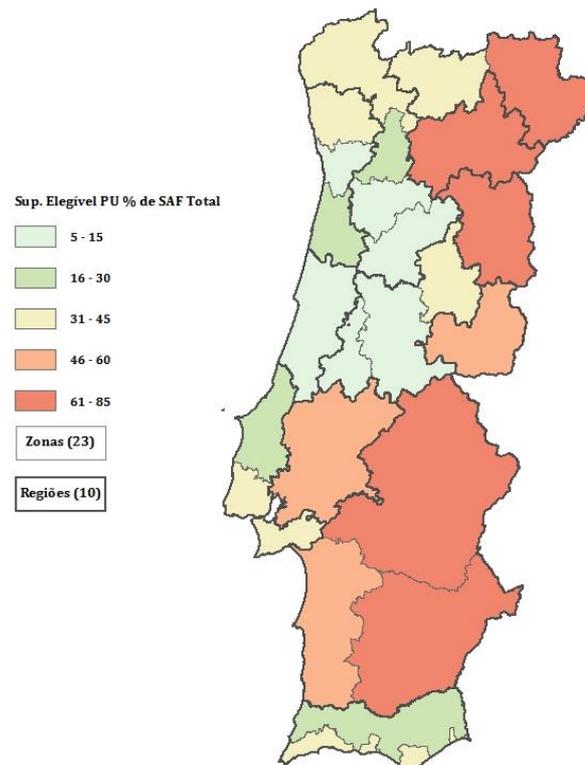
■ SAF Incluída no IEA 2016 e em Pedido Único (%) ■ SAF Incluída apenas no IEA 2016 (%) ■ SAF Não Declarada em PU e Não Abrangida pelo IEA 2016 (%)



Sup. Agrícola e Florestal (SAF) no IEA 2016 em % da SAF Total

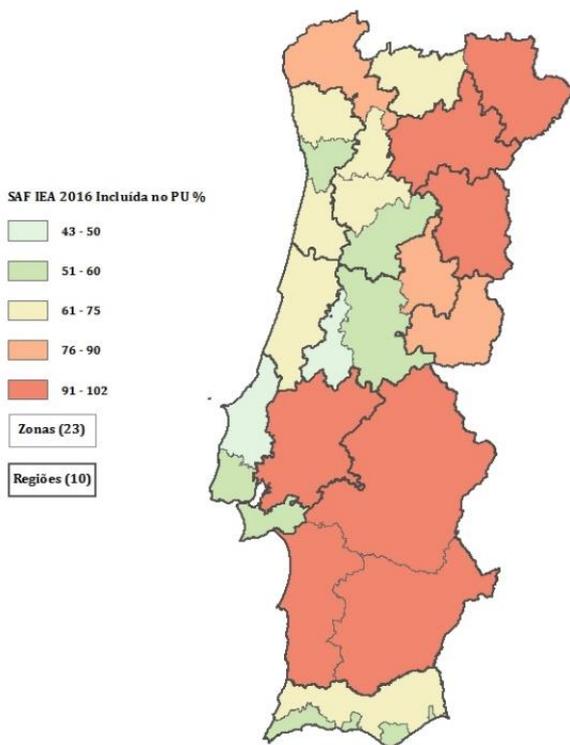


Sup. Elegível Declarada em PU em % da SAF Total

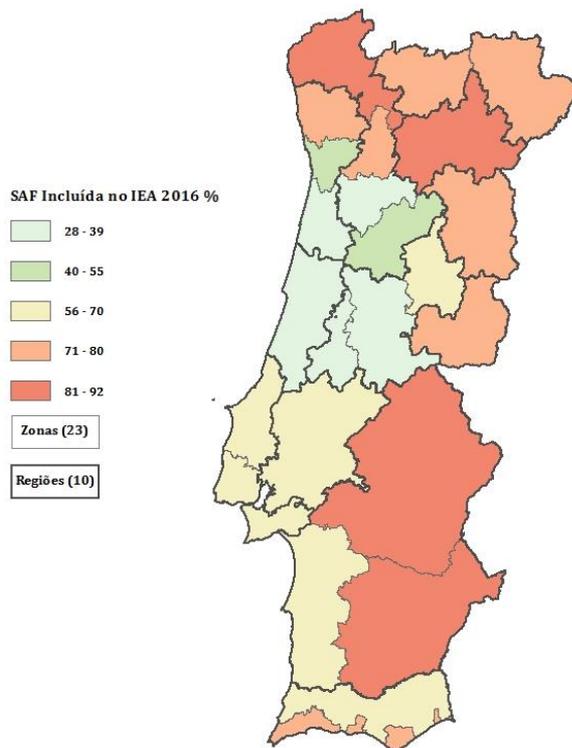


A superfície agrícola e florestal (SAF) das explorações agrícolas estimada pelo Inquérito à Explorações Agrícolas de 2016 (IEA 2016) abarca cerca de 73% da SAF do Continente (apurada pelos Inventários Florestais de 2005 e 2010 e pelo IEA 2016). E a superfície potencialmente elegível declarada no PU 2015 representa uma % semelhante da SAF apurada pelo IEA2016, pelo que a área declarada em PU corresponde a pouco mais de metade (54%) da SAF do Continente. Mas estes indicadores de cobertura variam muito territorialmente, oscilando entre uma abrangência largamente maioritária da SAF, por exemplo no Alto e no Baixo Alentejo e no Nordeste, e uma presença insignificante em grandes extensões do Continente, onde se realça toda fachada central/ocidental mais exposta à influência marítima e mais densamente ocupada por pinhais e eucaliptais.

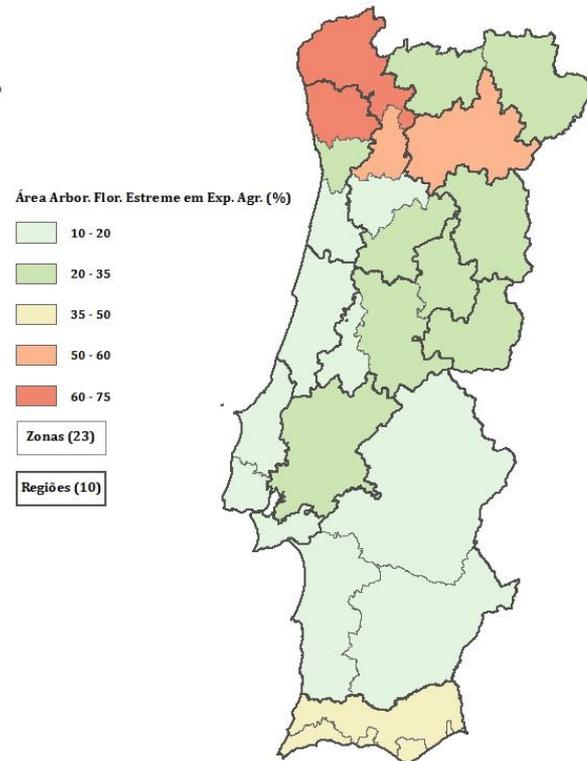
Sup. Elegível em PU em % da SAF do IEA 2016



Área Agrícola e Florestal Integrada em Explorações Agrícolas (%)



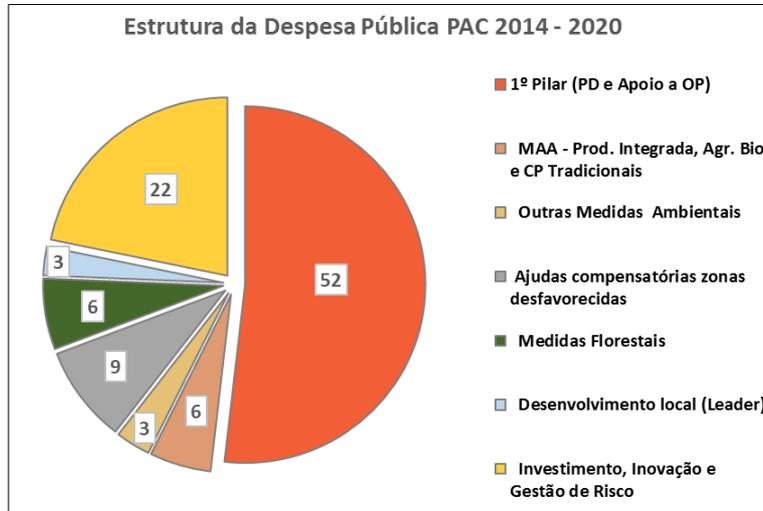
Área Agrícola e Florestal Estreme Integrada em Explorações Agrícolas (%)



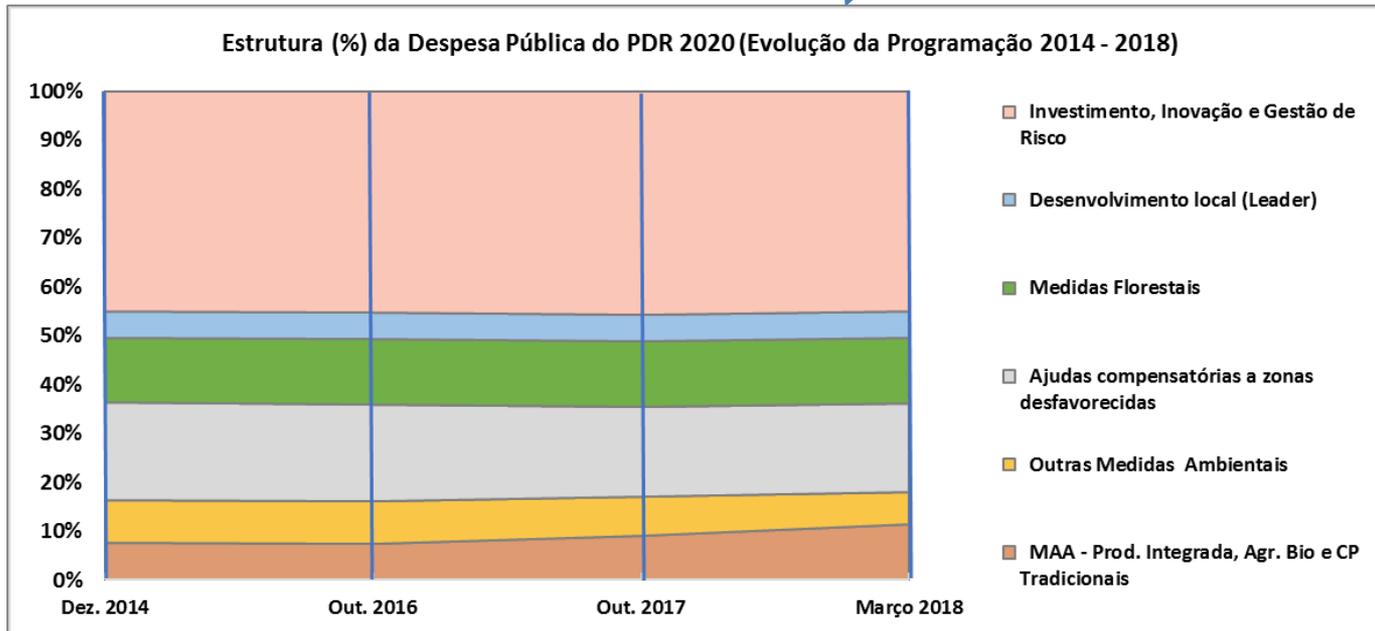
A insignificante cobertura pelo IEA 2016 da área produtiva dos espaços rústicos com maior densidade de ocupação por povoamentos florestais estreme é patente no mapa à direita. Em contraste, o mapa do centro mostra que o mesmo Inquérito assegura uma apreciável representação das áreas de montado com pastagens sob coberto, prevaletentes nas áreas arborizadas florestais do Ribatejo e da Beira Baixa e Alentejo.

Finalmente, o mapa à esquerda revela a quase coincidência das áreas produtivas apuradas no IEA 2016 e no PU para o Ribatejo e Alentejo, bem como para a fachada mais interior do Norte e Centro, em oposição à menor cobertura da SAF do IEA pelo PU na fachada atlântica e no Algarve.

6. Diversidade territorial da composição da despesa pública da PAC



Prioridade ao apoio ao rendimento e neste às medidas 'superfície'...



Pagamentos IFAP 2016 (sem Assistência Técnica)
N.º de Beneficiários
Peso dos Beneficiários de Medidas do PU

93% do N.º Total de destinatários de pagamentos do IFAP são beneficiários de Medidas do PU...

Pag. IFAP 2016 sem A. Técnica	N.º de Beneficiários de Pag. IFAP 2016		
	Total	Beneficiários com Medidas PU	Benef. Sem Medidas PU
N.º Beneficiários	172 237	159 933	12 304
%	100	92,9	7,1

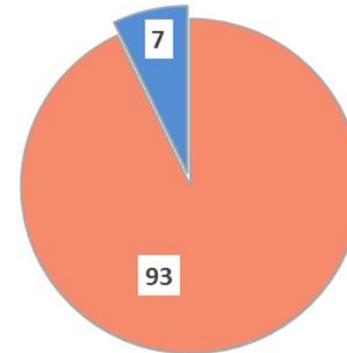
Pagamentos IFAP 2016 (sem Assistência Técnica)
Valor dos Pagamentos - Peso dos Beneficiários de Medidas do PU

Pag. IFAP 2016 sem A. Técnica	Valor dos Pag. IFAP 2016			% do Valor total dos Pag. IFAP 2016		
	Total	Medidas PU	Outras Medidas	Total	Medidas PU	Outras Medidas
Total dos Beneficiários	1 028 530	735 031	293 498	100,0	71,5	28,5
Beneficiários do PU	891 919	735 031	156 887	86,7	71,5	15,3
Outros Beneficiários	136 611		136 611	13,3		13,3

87 % do dos pagamentos do IFAP são destinados a beneficiários do PU, dos quais 72% a medidas PU e 15% a outras medidas

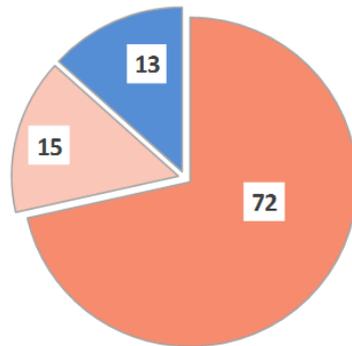
93% do N.º Total de destinatários de pagamentos do IFAP são **beneficiários de Medidas do PU...**

Repartição % do N.º Beneficiários Pag. do IFAP em 2016



Beneficiários PU Outros Beneficiários

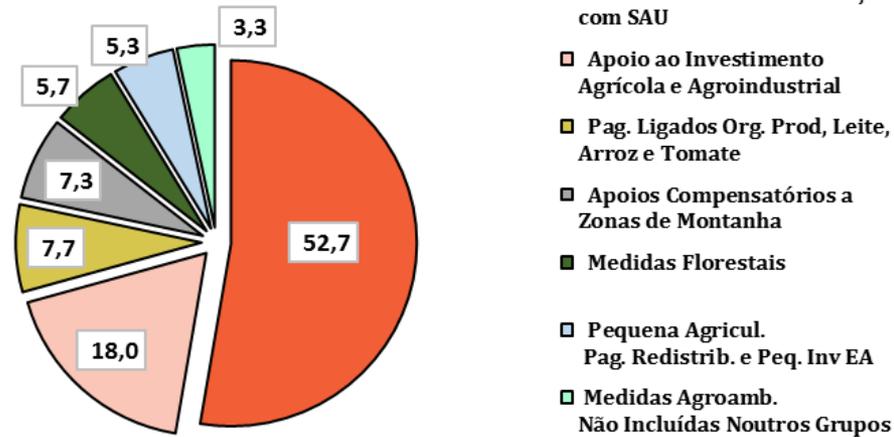
Repartição % do Valor dos Pagamentos do IFAP em 2016



Medidas do PU Outros Pag. a Beneficiários PU
Pagamentos a Outros Beneficiários

87 % do **dos** pagamentos do IFAP são destinados a **beneficiários do PU**, dos quais **72% a medidas PU** e 15% a outras medidas

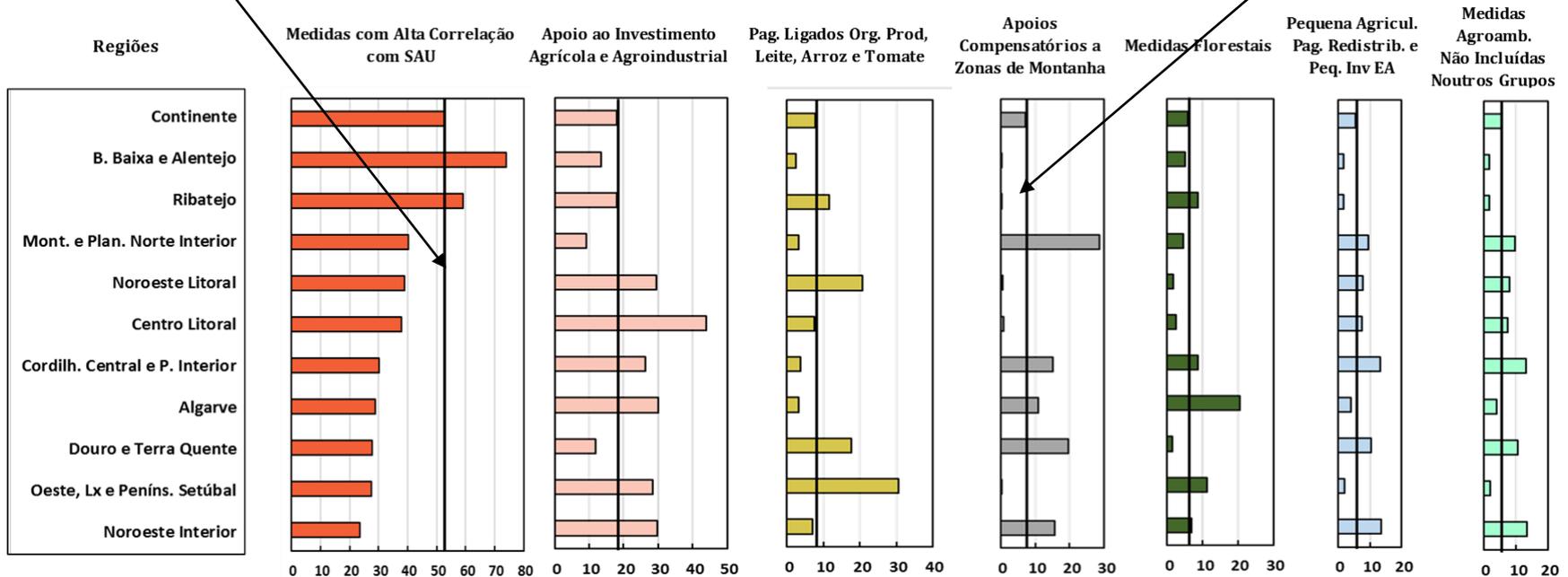
% DP PAC no Continente no Limiar 2020



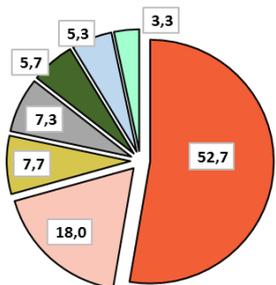
Separador das regiões +/- 'especializadas' na absorção dos recursos das medidas

Separador das regiões +/- 'especializadas' na absorção dos recursos das medidas

Pesos dos Grupos de Medidas na Despesa Pública PAC do Continente e das Regiões no Limiar 2020
% da DP PAC



% DP PAC no Continente no Limiar 2020



- Medidas com Alta Correlação com SAU
- Apoio ao Investimento Agrícola e Agroindustrial
- Pag. Ligados Org. Prod, Leite, Arroz e Tomate
- Apoios Compensatórios a Zonas de Montanha
- Medidas Florestais
- Pequena Agricul. Pag. Redistrib. e Peq. Inv EA
- Medidas Agroamb. Não Incluídas Noutros Grupos

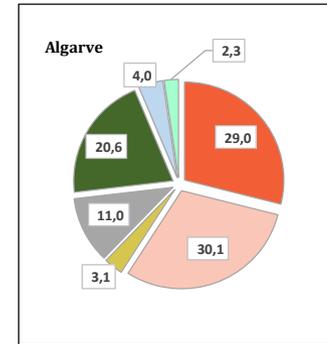
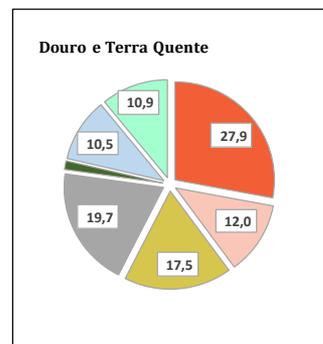
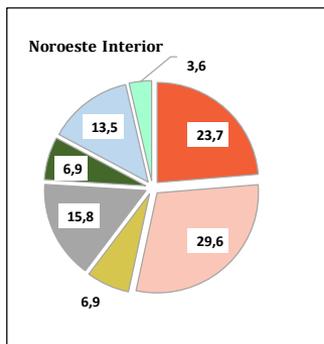
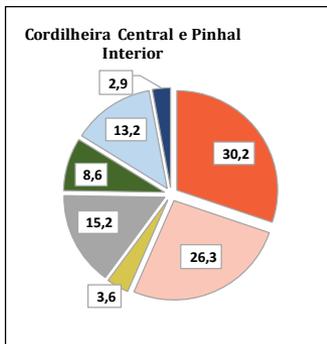
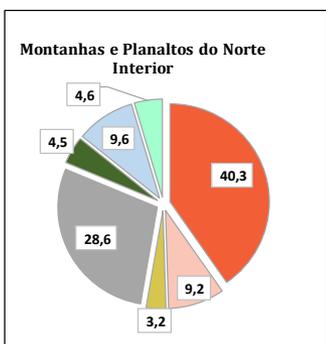
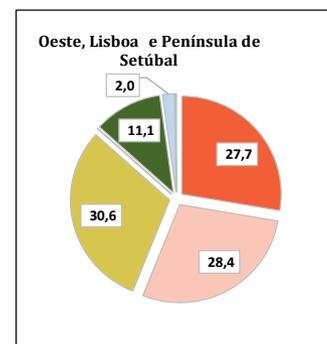
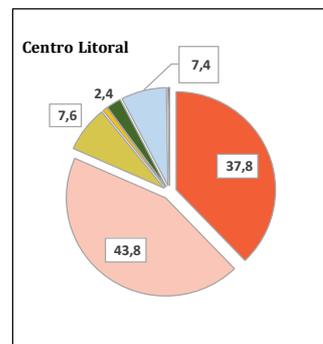
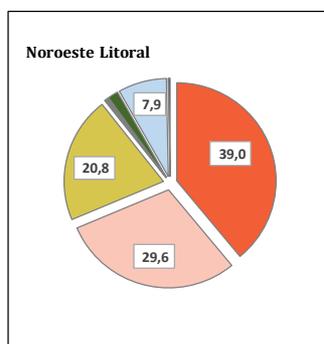
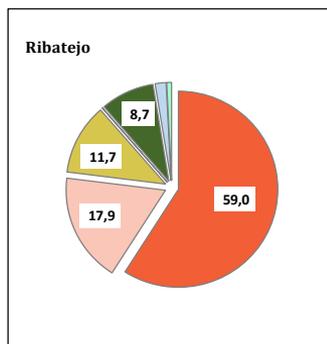
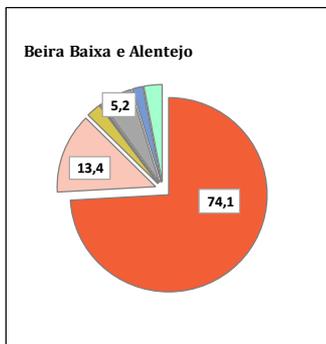
As medidas cuja repartição regional e pelos beneficiários da despesa pública está altamente correlacionada com a repartição da SAU (do PU...) representam mais de 50% da DP PAC...

A capacidade de captação destes recursos varia muito de região para região...

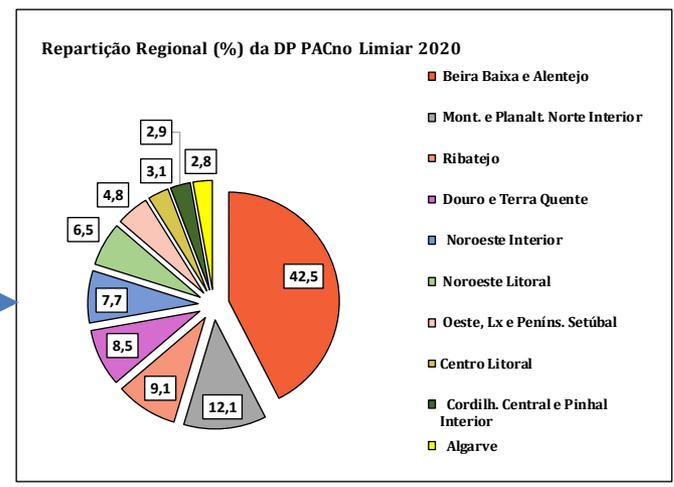
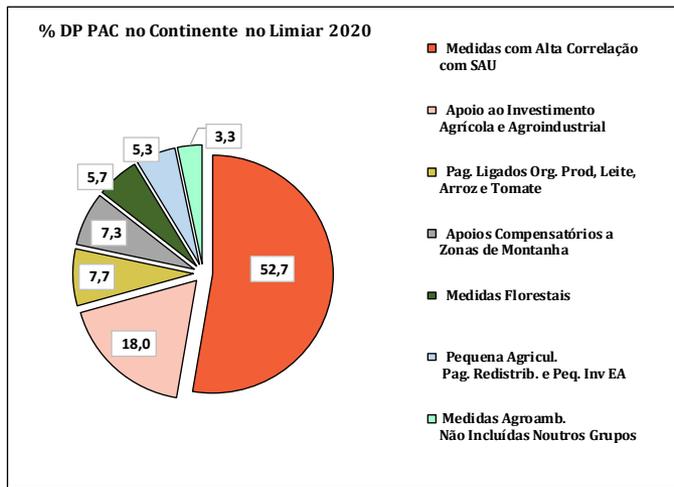
A conjugação dos dois factos tem grande influência na repartição da Despesa Pública Total da PAC.

Repartição da Despesa Pública PAC por Grupos de Medidas nas Regiões no Limiar 2020

- Medidas com Alta Correlação com SAU
- Apoio ao Investimento Agrícola e Agroindustrial
- Pag. Ligados Org. Prod, Leite, Arroz e Tomate
- Apoios Compensatórios a Zonas de Montanha
- Medidas Florestais
- Pequena Agricul. Pag. Redistrib. e Peq. Inv EA
- Medidas Agroamb. Não Incluídas Noutros Grupos



Note-se o alinhamento da repartição regional da DP Total da PAC com a repartição regional dos recursos afetos às medidas com alta correlação com a SAU

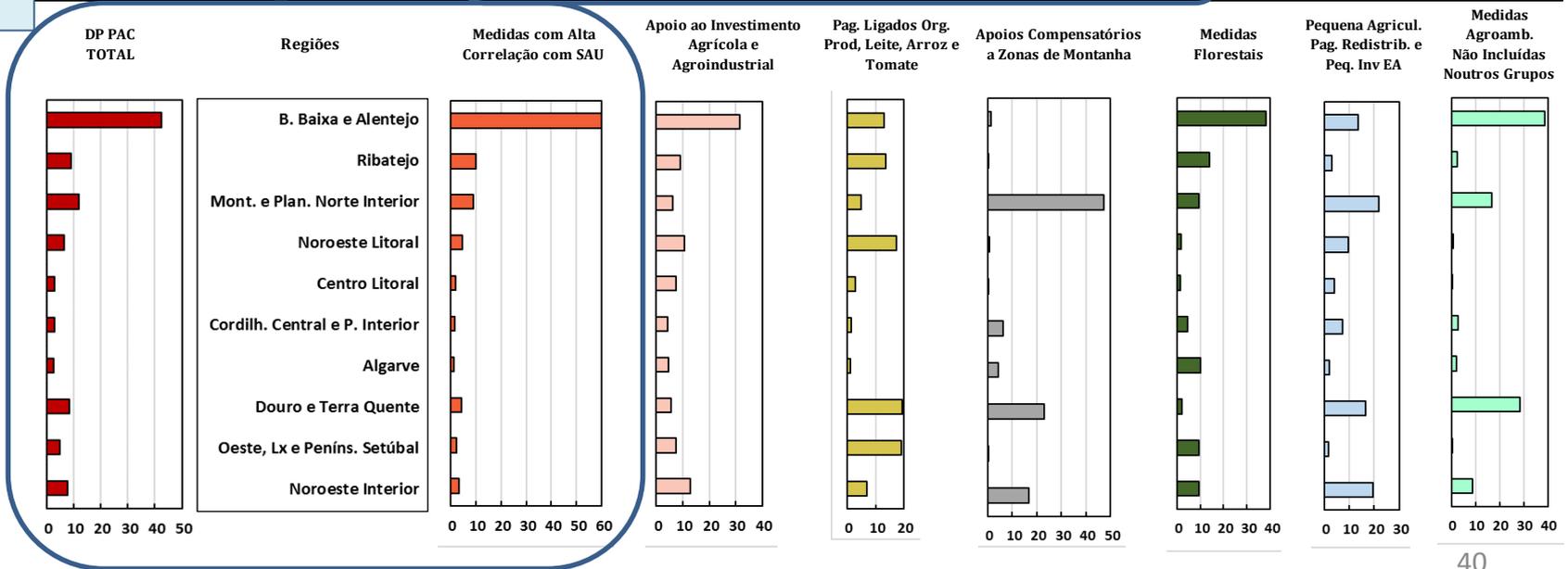


Peso Regional na Despesa Pública PAC Total e por Grupos de Medidas

$$\beta_{rc} = Y_r / Y_c = \sum_i \beta_{ir} \times \alpha_{ic}$$

onde:

$$\beta_{ir} = Y_{ir} / Y_{ic}, \alpha_{ic} = Y_{ic} / Y_c, \text{ com: } Y = \text{DPPAC}, r - \text{região}; c - \text{Continente}; i - \text{grupo de medidas}$$



A análise estatística e gráfica da repartição da Despesa da PAC por grupos de medidas e por regiões (ou zonas) e sobre os fatores que as explicam guia-se pelo modelo exposto na tabela abaixo. Em aditamento, nas páginas seguintes mostram-se os dados e resultados da sua aplicação no presente exercício.

A		B	C		D
DP PAC - Valores		Pesos Intra-regionais dos Grupos de Medidas $\alpha_{ic}; \alpha_{ir}$	Pesos Regionais por Grupos de Medidas		Índices de Especialização Regional por Grupos de Medidas IE_{ir}
Total Y	Grupos de Medidas Y_i		Total Y	Grupos de Medidas $\alpha_{ic}; \alpha_{ir}$	
Σ	{i =1, 2 ... 7}	{i =1, 2 ...7}	Σ	{i =1, 2...,7}	{i =1, 2 ...7}
Continente (C)	Y_c	Y_{ic}	$(\alpha_{ic} = Y_{ic} / Y_c)$	1	1
{r =1, 2 ..., 10}	Y_r	Y_{ir}	$(\alpha_{ir} = Y_{ir} / Y_r)$	$\beta_r = Y_r / Y_c$	$\beta_{ir} = Y_{ir} / Y_{ic}$

Equações de Síntese do Modelo

$$Y_r = \sum_i \beta_{ir} \times \alpha_{ic} \times Y_c$$

$$Y_r = \sum_i IE_{ri} \times \beta_{rc} \times \alpha_{ic}$$

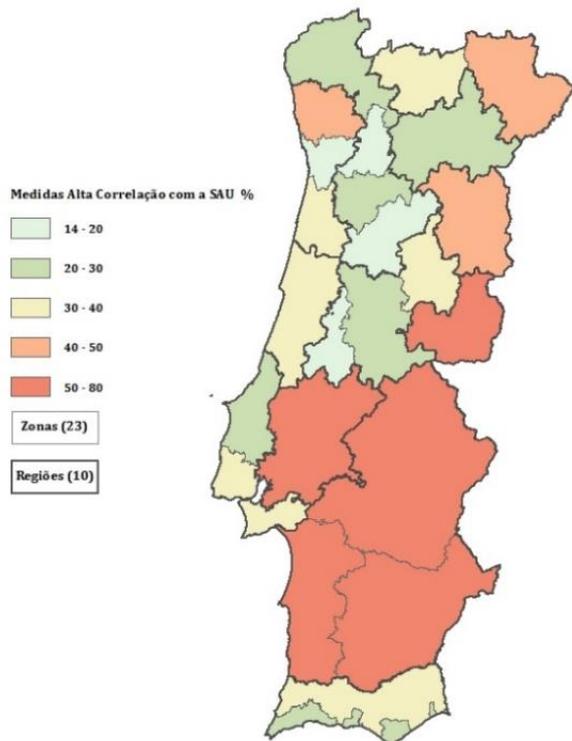
Conclui-se, em síntese, que a Despesa PAC absorvida por uma região será tanto maior quanto o for a sua especialização na captação dos recursos destinados ao grupos de medidas com maior peso no total da DP PAC.

O mesmo é dizer, num registo político, que cada região (grupo de beneficiários da PAC...) procurará influenciar a negociação, programação e execução das medidas da PAC no sentido da maximização da quota parte da despesa pública a atribuir em função de critérios onde disponha de maiores vantagens comparativas...

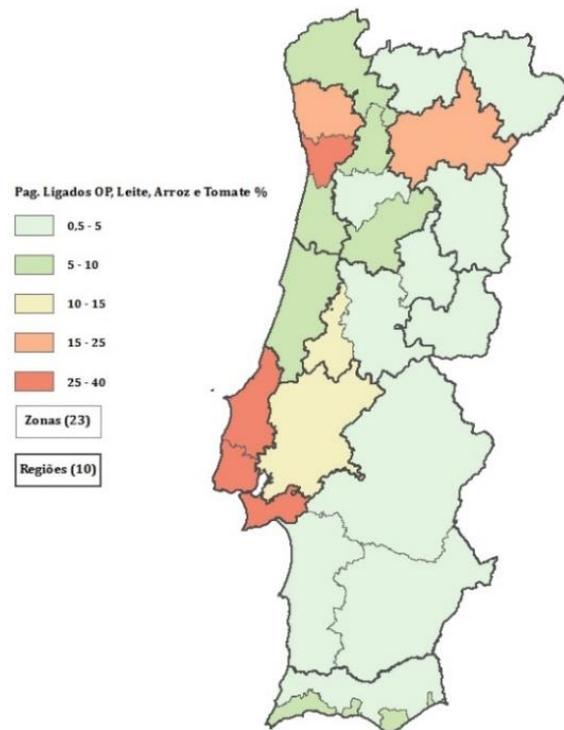
		Pesos Intra-regionais dos Grupos de Medidas ($\alpha_{ir} = Y_{ir} / Y_r$)							Pesos Regionais por Grupos de Medidas $\beta_{ir} = Y_{ir} / Y_{ic}$							
		Medidas com Alta Correlação com SAU	Apoio ao Invest. Agrícola e Agroind.	Pag. a OP e Ligados a Leite, Arroz e Tomate	Apoios Compens. Zonas de Montanha	Medidas Florestais	Pequena Agricultura, Pag. Redistr. e Peq. Inv EA	Medidas Agroamb. Não Incl. Noutros Grupos	DP PAC Total	Medidas com Alta Correlação com SAU	Apoio ao Invest. Agrícola e Agroind.	Pag. a OP e Ligados a Leite, Arroz e Tomate	Apoios Compens. Zonas de Montanha	Medidas Florestais	Pequena Agricultura, Pag. Redistr. e Peq. Inv EA	Medidas Agroamb. Não Incl. Noutros Grupos
<i>i</i>		1	2	3	4	5	6	7	Σ	1	2	3	4	5	6	7
<i>r</i>	Continente (C)	0,527	0,018	0,008	0,007	0,006	0,005	0,003	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
1	B. Baixa e Alentejo	0,074	0,013	0,002	0,000	0,005	0,002	0,003	0,425	0,598	0,316	0,131	0,015	0,383	0,137	0,388
1	Ribatejo	0,059	0,018	0,012	0,000	0,009	0,002	0,001	0,091	0,102	0,091	0,137	0,001	0,138	0,030	0,022
1	Mont. e Plan. Norte Interior	0,040	0,009	0,003	0,029	0,005	0,010	0,005	0,121	0,092	0,062	0,050	0,474	0,095	0,218	0,167
1	Noroeste Litoral	0,039	0,030	0,021	0,001	0,002	0,008	0,000	0,065	0,048	0,107	0,174	0,006	0,019	0,096	0,006
1	Centro Litoral	0,038	0,044	0,008	0,001	0,002	0,007	0,000	0,031	0,022	0,074	0,030	0,003	0,013	0,042	0,002
1	Cordilh. Central e P. Interior	0,030	0,026	0,004	0,015	0,009	0,013	0,003	0,029	0,017	0,043	0,014	0,061	0,044	0,073	0,026
1	Algarve	0,029	0,030	0,003	0,011	0,021	0,004	0,002	0,028	0,015	0,047	0,011	0,042	0,101	0,021	0,020
1	Douro e Terra Quente	0,028	0,012	0,018	0,020	0,001	0,010	0,011	0,085	0,045	0,057	0,193	0,230	0,021	0,167	0,282
1	Oeste, Lisboa e Pen. Setúbal	0,028	0,028	0,031	0,000	0,011	0,002	0,000	0,048	0,025	0,076	0,191	0,000	0,093	0,018	0,003
1	Noroeste Interior	0,024	0,030	0,007	0,016	0,007	0,014	0,004	0,077	0,035	0,128	0,069	0,167	0,093	0,197	0,084

		Índices de Especialização Regionais (IE _{ir})							Despesa Pública PAC no Horizonte 2019							
		Razões de Pesos Intra-Regionais / Pesos Intra-CT ($\alpha_{ir} / \alpha_{ic}$)							$Y_r = \sum_i \beta_{ir} \times \alpha_{ic} \times Y_c$							
		Razões de Pesos Regionais por Grupo / Pesos Regionais Totais (β_{ir} / β_{rc})							$Y_r = \sum_i IE_{ri} \times \beta_{rc} \times \alpha_{ic}$							
		$IE_{ir} = \alpha_{ir} / \alpha_{ic} = \beta_{ir} / \beta_{rc}$														
		Medidas com Alta Correlação com SAU	Apoio ao Invest. Agrícola e Agroind.	Pag. a OP e Ligados a Leite, Arroz e Tomate	Apoios Compens. Zonas de Montanha	Medidas Florestais	Pequena Agricultura, Pag. Redistr. e Peq. Inv EA	Medidas Agroamb. Não Incl. Noutros Grupos	DP PAC Total	Medidas com Alta Correlação com SAU	Apoio ao Invest. Agrícola e Agroind.	Pag. a OP e Ligados a Leite, Arroz e Tomate	Apoios Compens. Zonas de Montanha	Medidas Florestais	Pequena Agricultura, Pag. Redistr. e Peq. Inv EA	Medidas Agroamb. Não Incl. Noutros Grupos
<i>i</i>		1	2	3	4	5	6	7	Σ	1	2	3	4	5	6	7
<i>r</i>	Continente (C)	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1 243,1	654,7	223,4	96,0	90,6	71,4	66,1	40,8
1	B. Baixa e Alentejo	1,41	0,74	0,31	0,03	0,90	0,32	0,91	528,4	391,6	70,6	12,6	1,3	27,4	9,1	15,8
1	Ribatejo	1,12	1,00	1,51	0,01	1,52	0,33	0,24	113,1	66,8	20,3	13,2	0,1	9,9	2,0	0,9
1	Mont. e Plan. Norte Interior	0,77	0,51	0,41	3,93	0,79	1,80	1,39	150,1	60,5	13,7	4,8	43,0	6,8	14,4	6,8
1	Noroeste Litoral	0,74	1,65	2,69	0,10	0,29	1,48	0,10	80,6	31,4	23,9	16,7	0,6	1,4	6,4	0,3
1	Centro Litoral	0,72	2,44	0,98	0,11	0,42	1,39	0,08	37,9	14,3	16,6	2,9	0,3	0,9	2,8	0,1
1	Cordilh. Central e P. Interior	0,57	1,46	0,46	2,08	1,50	2,49	0,88	36,5	11,0	9,6	1,3	5,5	3,1	4,8	1,1
1	Algarve	0,55	1,68	0,40	1,51	3,58	0,75	0,70	34,9	10,1	10,5	1,1	3,8	7,2	1,4	0,8
1	Douro e Terra Quente	0,53	0,67	2,27	2,71	0,25	1,97	3,32	105,5	29,5	12,7	18,5	20,8	1,5	11,0	11,5
1	Oeste, Lisboa e Pen. Setúbal	0,53	1,58	3,96	0,00	1,94	0,37	0,06	59,9	16,6	17,0	18,3	0,0	6,7	1,2	0,1
1	Noroeste Interior	0,45	1,65	0,89	2,16	1,20	2,54	1,09	96,2	22,8	28,5	6,6	15,2	6,7	13,0	3,4

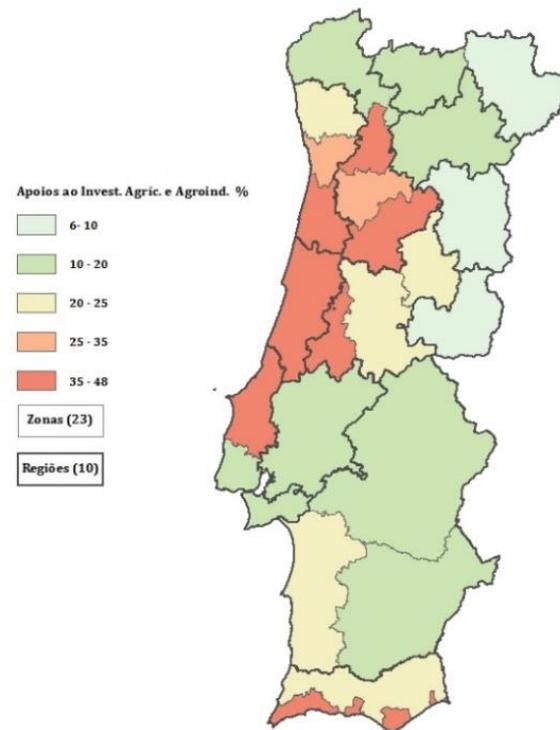
**Medidas com Alta Correlação com a SAU
em % da DP PAC no Limiar 2020**



**Apoio Org. Prod. e P. Lig. a Leite, Arroz e Tomate
em % da DP PAC no Limiar 2020**



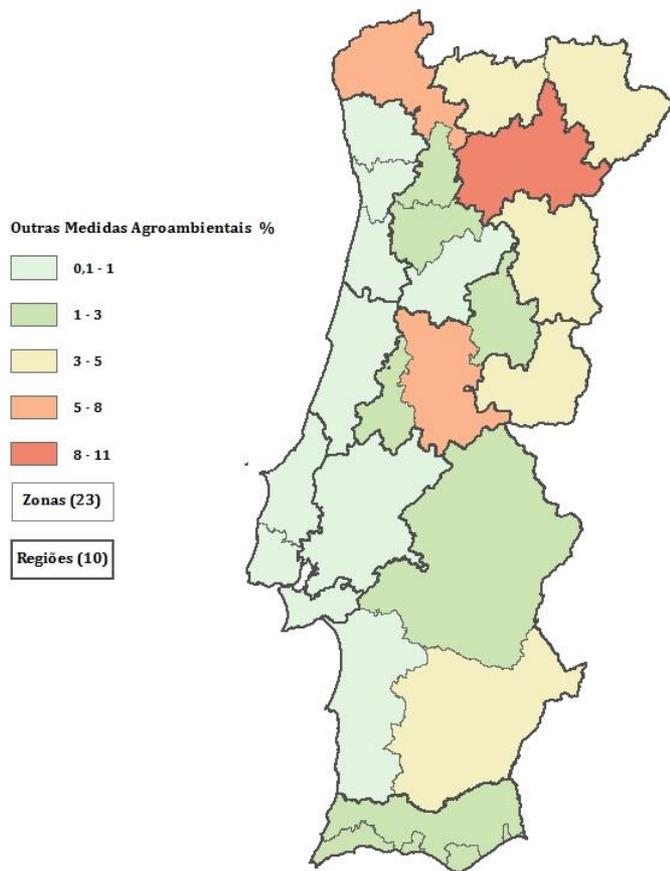
**Apoio ao Investimento Agrícola e Agroind.
em % da DP PAC no Limiar 2020**



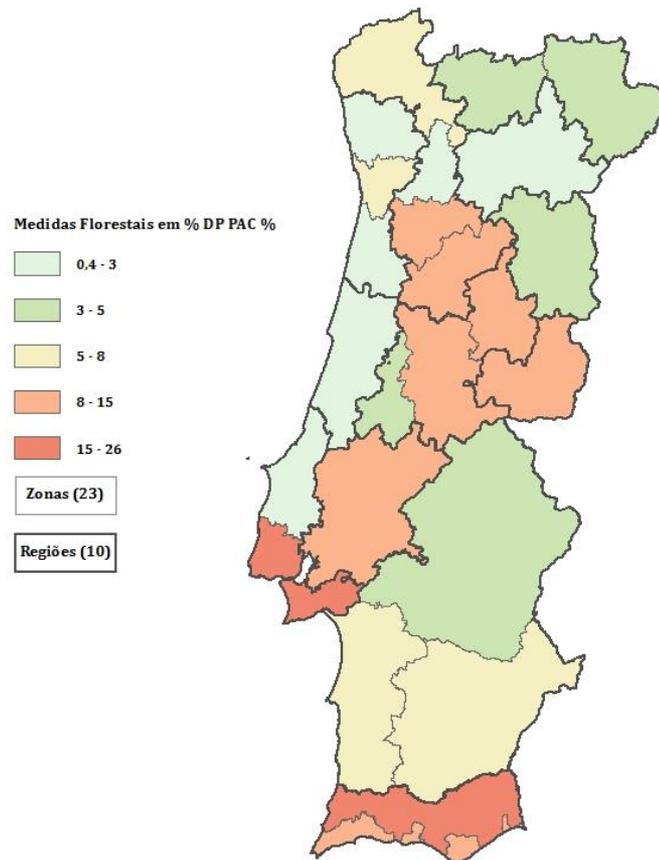
Nas cinco zonas das Regiões do Ribatejo e da Beira Baixa e Alentejo as medidas altamente correlacionadas com a SAU absorvem mais de 50% do total da DP PAC.

As fachadas litorais do território destacam-se pela concentração e contiguidade das zonas onde a parte da DP PAC destinada a Investimento é mais significativa.

Outras Medidas Agroambientais em % da DP PAC no Limiar 2020



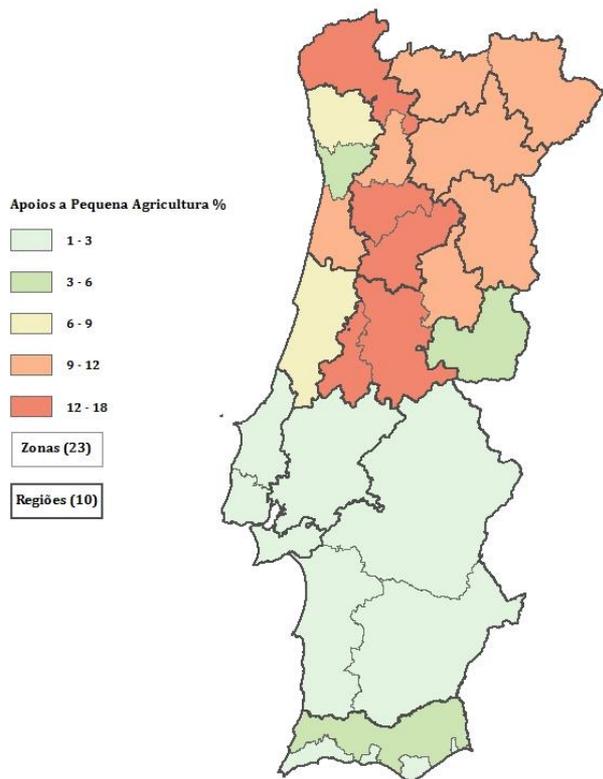
Medidas Florestais em % da DP PAC no Limiar 2020



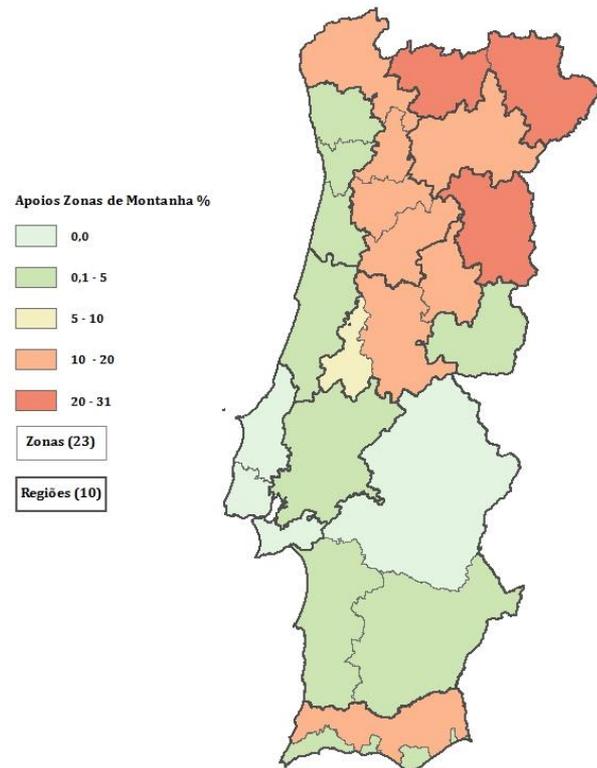
O peso na DP PAC das medidas agroambientais menos correlacionadas com a SAU é reduzido (3% no Continente), só assumindo alguma expressão em três das vinte e três zonas.

O peso das medidas florestais na DP PAC é também pequeno (6% no Continente), mas tem alguma importância em nove das vinte e três zonas.

Apoios à Pequena Agricultura em % da DP PAC no Limiar 2020



Apoios a Zonas de Montanha em % da DP PAC no Limiar 2020



As medidas de apoio à pequena agricultura, em que se inclui além do RPA o Pagamento Redistributivo e os incentivos aos pequenos investimentos nas explorações agrícolas, correspondem apenas a 5% da DP PAC. Como expectável a sua incidência destaca-se nas zonas onde a expressão da pequena agricultura familiar é maior. Os pagamentos compensatório aos agricultores das zonas desfavorecidas de montanha e com outras condicionantes específicas, embora se quedem pelos 7% da DP PAC total, assumem um peso relativo significativo nas dez zonas de quatro regiões do Norte e Centro (Noroeste Interior; Douro e Terra Quente; Montanhas e Planaltos do Norte Interior; e Cordilheira Central e Pinhal Interior) e ainda na Serra Algarvia.

7. Variação territorial da intensidade dos apoios da PAC

Os indicadores da variação territorial da intensidade do apoio da DP PAC apresentados neste Capítulo 7 organizam-se em três conjuntos de Mapas:

- No primeiro relaciona-se a DP PAC Total com a Sup. Agrícola e Florestal (SAF) Total, com a SAF coberta pelo IEA 2016, a integrada em explorações agrícolas, e ainda com o volume de trabalho agrícola aferido pelas UTA e também apurado pelo IEA 2016;
- No segundo relaciona-se o montante global dos subsídios correntes atribuídos através de medidas da PAC (PD, MAA e MZD) com a SAF total, com a Sup. Elegível declarada em PU e com as UTA;
- No terceiro incluem-se dois indicadores sintéticos de suporte económico: o primeiro relacionando a DP PAC Total com o VAB a preços de mercado; o segundo medindo a taxa de subsidiação do rendimento (VABcf) da agricultura e silvicultura por subsídios correntes suportados pela DP da PAC.

Além dos mapas disponibiliza-se também a informação estatística de suporte, organizada por regiões.

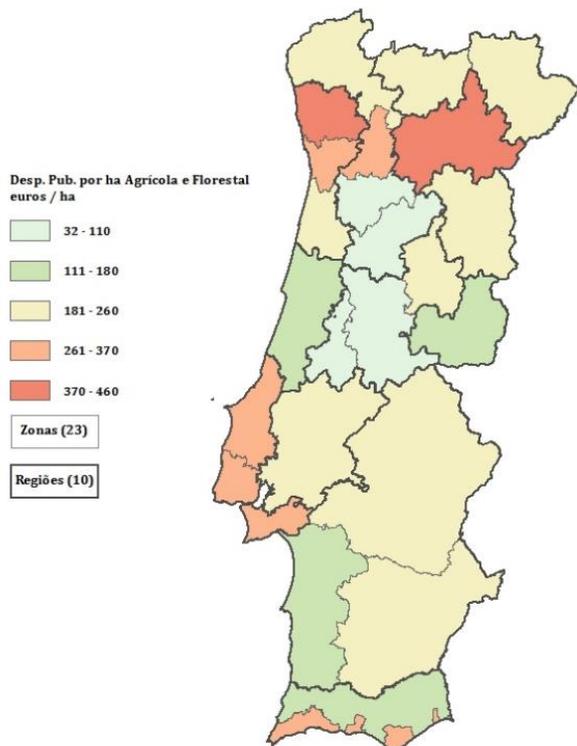
	Índices Sintéticos de Suporte da DP PAC		DP PAC Total por Ha SAF		DP PAC Total por UTA	Subsídios Correntes (PD + MAA + MZD)			Índices de Cobertura da Sup. Agrícola e Florestal pelo IEA 2016 e pela PAC		
	Índice Territorial de Suporte Económico PAC % DP PAC / % VABpm	Subsídios Correntes (PD + MAA + MZD) % VABcf	Por ha SAF Total	Por ha SAF IEA16		Por ha de SAU IEA 2016l	Por ha de S. Eleg. do PU	por UTA €/UTA	SAF do IE 2016 em % da SAF Total	S. Eleg. PU / SAF IE 2016 %	S. Eleg. / SAF Total %
	Índice Base 1	%	€/ha	€/ha		€/UTA	€/ha	€/ha	€/UTA	%	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Continente	1,00	29	210	287	4 210	248	273	2 946	73	73	54
Noroeste Litoral	0,50	14	338	614	2 721	583	809	1 527	55	43	23
Noroeste Interior	1,09	27	175	280	1 774	301	410	1 001	62	39	24
Douro e Terra Quente	1,19	32	395	467	2 717	414	416	1 769	85	73	62
Mont. e Planalt. N. Interior	2,13	51	216	291	3 573	286	312	2 952	74	77	57
Cordilh. Central e Pinhal Interior	0,72	21	89	210	1 662	223	324	1 020	42	40	17
Centro Litoral	0,57	15	178	500	2 491	409	614	1 263	36	41	15
Oeste, Lisboa e Peníns. Setúbal	0,29	5	282	453	3 080	159	324	942	62	43	27
Ribatejo	0,75	23	247	352	7 617	309	313	5 181	70	76	54
Beira Baixa e Alentejo	1,87	47	198	233	11 473	207	216	9 226	85	87	74
Algarve	0,45	11	164	243	2 664	169	254	1 229	68	44	30

DP PAC Total Cenário 3 Equidade	DP PAC Total Limiar 2019		Superfícies				Unidades de Trabalho Anual	VAB da Agricultura e Silvicultura em 2015 - 2016		
	Total	Subsídios Correntes (PD + MAA + MZD)	SAF Total	SAF IEA 2016	SAU IEA 2016	SE PU		VABpm *	VABcf *	
	000 €	10 ⁶ €	000 ha	000 ha	000 ha	000 ha		000 €	000 €	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	
Continente	1 243	1 243	870	5 932	4 336	3 513	3 182	295	2 083	2 953
Noroeste Litoral	80	81	45	239	131	78	56	30	268	313
Noroeste Interior	130	96	54	550	343	180	132	54	147	202
Douro e Terra Quente	101	105	69	267	226	166	165	39	149	218
Mont. e Planalt. Norte Interior	166	150	124	696	516	434	398	42	118	242
Cordilh. Central e Pinhal Interior	71	36	22	411	174	100	69	22	85	107
Centro Litoral	45	38	19	213	76	47	31	15	111	130
Oeste, Lisboa e Setúbal	80	60	18	212	132	115	57	19	350	368
Ribatejo	91	113	77	458	322	249	246	15	252	329
Beira Baixa e Alentejo	428	528	425	2 673	2 272	2 049	1 965	46	473	898
Algarve	52	35	16	213	144	96	63	13	131	147

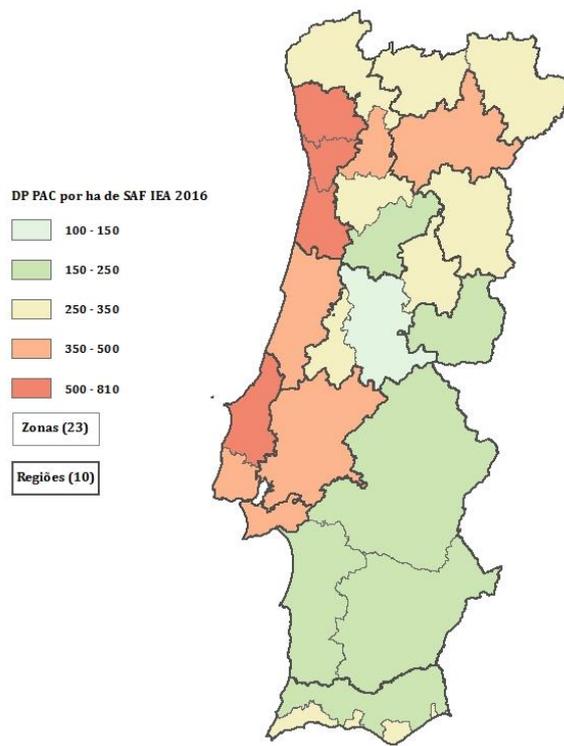
* Fontes: J. Cabral Rolo (março de 2018) - *Repartição do VABpb da Agricultura e Silvicultura 2015-2016 por Concelhos* ;

Estimativas do autor - *Repartição do VABpm e VABcf por Concelhos, Zonas e Regiões* , conjugando a fonte anterior com a estimativa da repartição dos Subsídios Correntes por Concelhos.

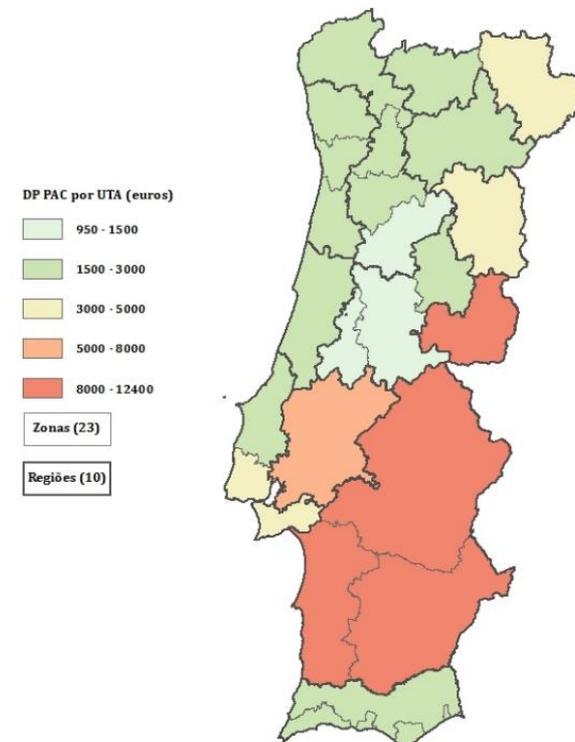
**Despesa Pública PAC
por ha Agrícola e Florestal no Limiar 2020**



**Despesa Pública PAC por ha Agrícola e
Florestal do IEA 2016 no Limiar 2020**



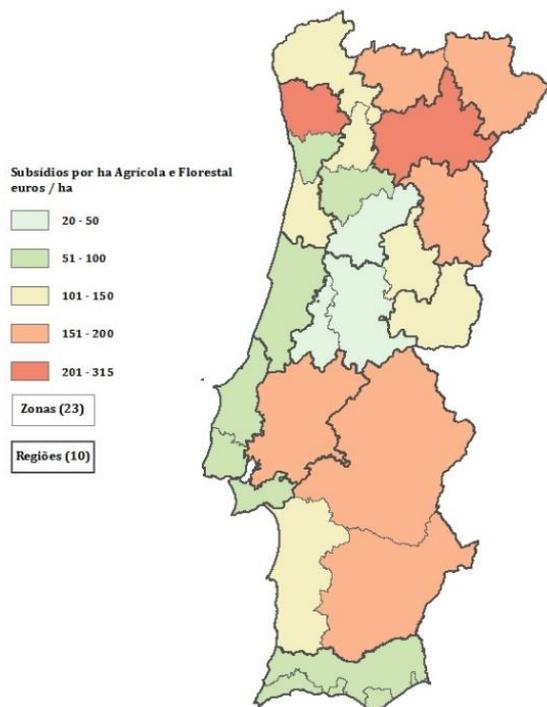
Despesa Pública PAC por UTA no Limiar 2020



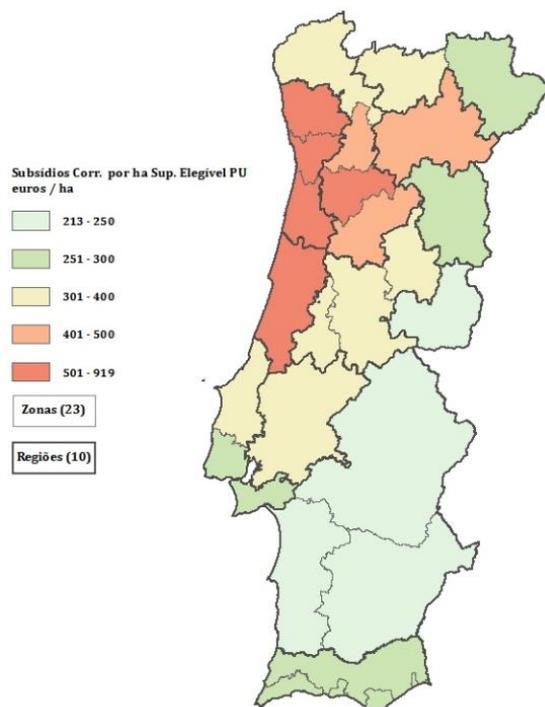
Embora os dois mapas à esquerda se refiram a um indicador análogo (DP PAC por hectare de SAF), as suas ordens de grandeza e padrões de dispersão territorial diferem significativamente. A razão dessas diferenças foram identificadas no capítulo 5: a SAF das explorações agrícolas estimada pelo IEA 2016 representa cerca de 73% da SAF do Continente, mas esse indicador de cobertura varia muito territorialmente. Assim, nas zonas de maior representatividade do IEA (p.e. Douro e Terra Quente) os dois Mapas convergem e nas de menor cobertura (p.e. Centro Litoral) divergem acentuadamente.

Mas as indicações mais relevantes a reter da observação dos três mapas são: primeiro, a tendência geral, com algumas exceções, para uma grande dissonância dos indicadores de intensidade do apoio da PAC quando se toma por base de referência, respetivamente, a SAF ou as UTA (cf. os dois Mapas à direita); segundo, as grandes disparidades interterritoriais em face de qualquer dos três indicadores e os valores extremamente baixos de suporte nas zonas onde os apoios da PAC estão menos presentes (cf. os dois mapas mais à esquerda e mais à direita).

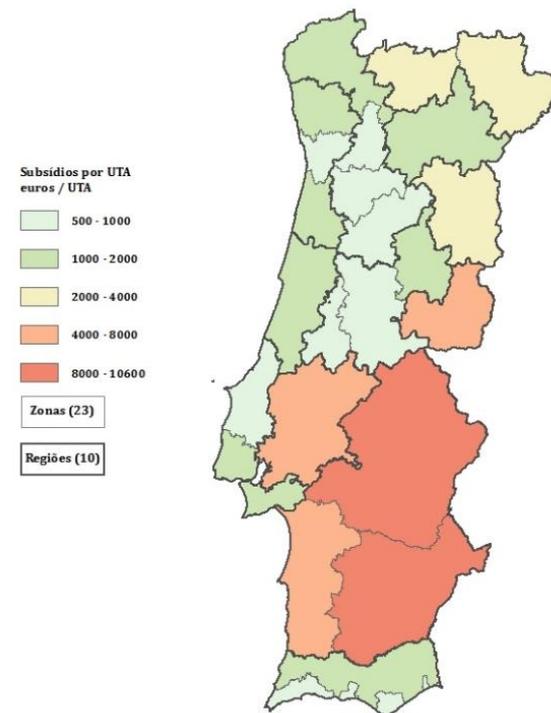
Subsídios Correntes por ha Agrícola e Florestal no Limiar 2020



Subsídios Correntes por ha de Sup. Elegível do PU no Limiar 2020



Subsídios Correntes por UTA no Limiar 2020

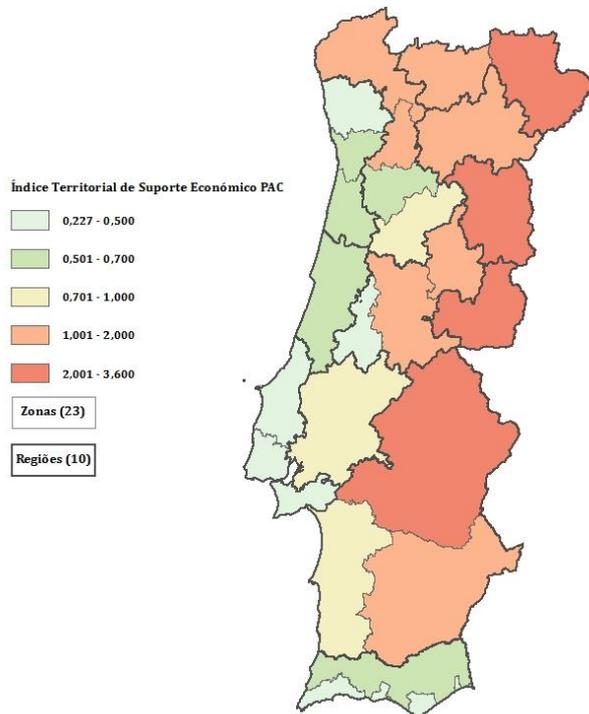


Algumas das observações sobre os três mapas anteriores são também aplicáveis aos que se observam nesta página, como é o caso da grande dissonância dos indicadores de intensidade do apoio da PAC quando se toma por base de referência, respetivamente, as áreas produtivas ou as UTA.

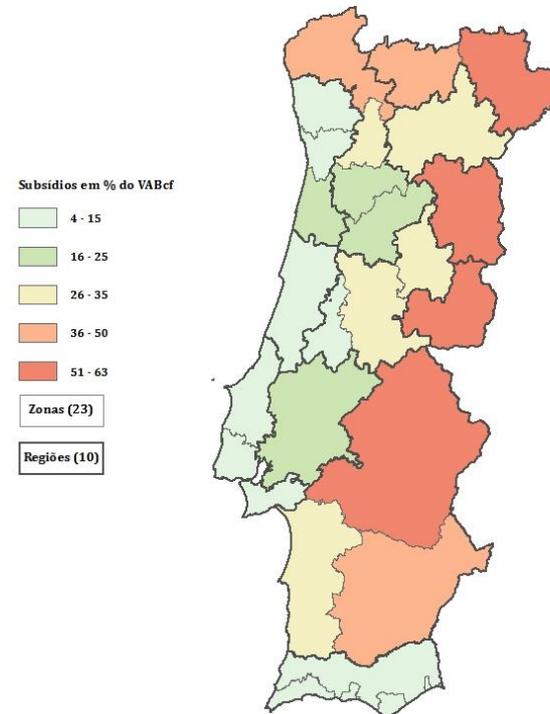
Já o confronto dos dois mapas à esquerda permite evidenciar as consequências dos apoios da PAC se concentrarem quase totalmente nos beneficiários do PU, os quais como se verificou no capítulo 5 detêm pouco mais de 50% da SAF total do Continente.

Assim, nas zonas com muito fraca representação desses beneficiários, os níveis de suporte da PAC são reduzidíssimos quer se tome por base de referência a SAF (mapa à esquerda) quer as UTA (mapa à direita).

Índice Territorial de Suporte Económico da PAC (% DP Total PAC / VABpm)



Subsídios Correntes em % do Rendimento Agrícola (VABcf) em 2015 - 2016



Como os apoios ao rendimento dos agricultores representam 70% do valor da DP PAC, os padrões de dispersão territorial revelados nos dois mapas são muito semelhantes, embora as zonas onde essa proporção é mais baixa revelem níveis de apoio superiores quando se considera o índice de suporte económico total representado no mapa à esquerda (cf. por exemplo o Centro Litoral).

Sendo estes dois indicadores muito relevantes para medir o nível de suporte da PAC à agricultura portuguesa deve destacar-se, por um lado, o alto nível de suporte ao rendimento agrícola em largas extensões de Portugal continental, em especial nas regiões mais beneficiadas por um modelo que privilegia a indexação das ajudas à dimensão fundiária das terras com direitos 'históricos' no âmbito da PAC. É, pois, sem surpresa que se verifica serem essas regiões e zonas as que sobressaem de forma vincada em ambos os mapas.

8. PAC e equidade territorial no limiar 2020

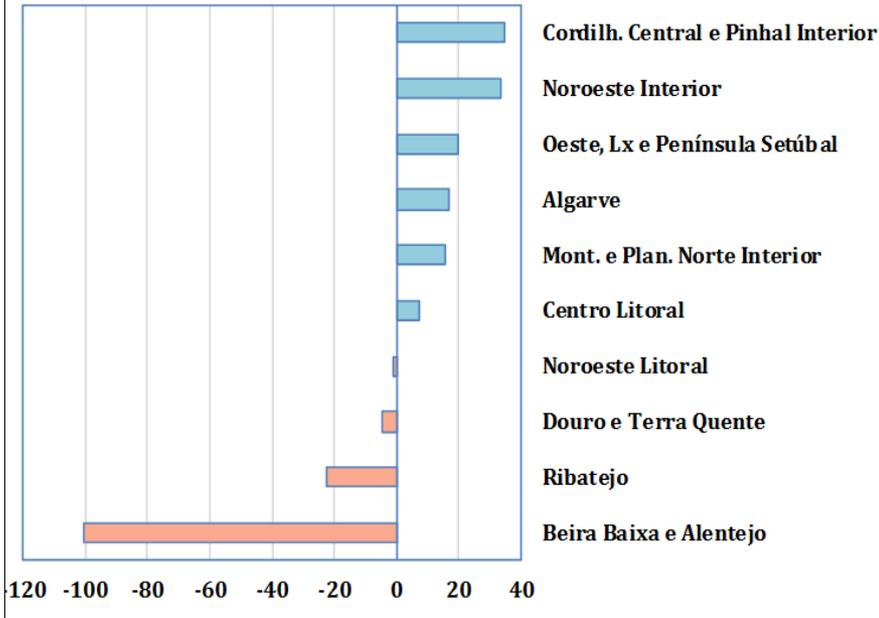
Sintetizam-se na tabela abaixo as chaves de repartição da DP PAC correspondentes a quatro cenários diferentes de repartição, apresentando-se na página seguinte as suas consequências em termos de redistribuição dos apoios da PAC pelas várias regiões. Como se anunciou de início pretende-se contribuir para um debate fundamentado sobre as vias para melhorar a equidade territorial da repartição da despesa pública afeta à execução da política agrícola comum em Portugal continental.

Trata-se pois de um ponto de partida para uma reflexão ponderada sobre questões de reconhecida complexidade técnica e política. Assim, os cenários propostos e a escolha de um deles (cenário 3) como referencial principal apenas visam estimular essa reflexão oportuna e até indispensável...

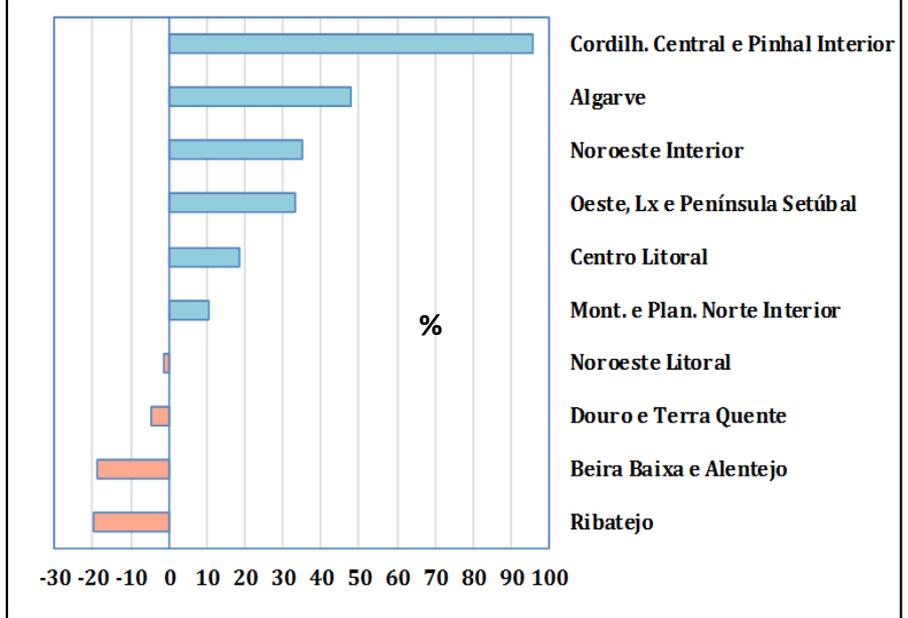
Chave Equidade Agrícola - Cenários							
Fatores							
Componentes da Chave							
	Fundiário Terra				Social Trabalho UTA	Económico VABpm	Zonas Desfavorecidas
Cenários	Total	SAU_ExpAgr	Outra_SAF_Exp. Agrícolas	SAF Exterior a EA	UTA	VABagr_silv	Peso MZD
Equidade_1	0,50	0,35	0,05	0,10	0,40	0,00	0,1
Equidade_2	0,55	0,35	0,05	0,15	0,35	0,00	0,1
Equidade_3	0,50	0,35	0,05	0,10	0,20	0,20	0,1
Cenário Contrastado Divergência Acentuada	0,90	0,85	0,05	0,00	0,00	0,00	0,10

	Valor Milhões € Ano	% DP PAC Total		Valor Milhões € Ano	% DP PAC Total		Valor Milhões € Ano	% DP PAC Total		Valor Milhões € Ano	% DP PAC Total	
Transferências Inter Regiões	-171,1	0%	Transferências Inter Regiões	166,0	13%	Transferências Inter Regiões	128,3	10%	Transferências Inter Regiões % DP PAC	172,0	14%	
Transferências Inter Zonas	-173,3	0%	Transferências Inter Zonas	170,0	14%	Transferências Inter Zonas	129,9	10%	Transferências Inter Zonas % DP PAC	174,8	14%	
Cenário Convergência Equidade 1			Cenário Convergência Equidade 2			Cenário Convergência Equidade 3			Cenários Contrastado - Divergência Agravada			
Transferências Interregionais PAC - Equidade Agrícola		DP PAC Total	Transferências Interregionais PAC - Equidade Agrícola		DP PAC Total Equidade Agrícola	Transferências Interregionais PAC - Equidade Agrícola		DP PAC Total Equidade Agrícola	Transferências Interregionais PAC - Equidade Agrícola		DP PAC Total	
Valor Milhões €	% do Valor Territorial Atual	Equidade Agrícola Milhões €	Valor Milhões €	% do Valor Territorial Atual		Valor Milhões €	% do Valor Territorial Atual		Valor	% do Valor Territorial Atual	Divergência Agravada Milhões €	
Continente	0	0,0	1 243	0	0,0	1 243	0	0,0	1 243	0	0,0	1 243
Noroeste Litoral	-8,1	-10,0	72	-10,1	-12,6	70	-1,0	-1,3	80	-52,6	-65,3	28
Noroeste Interior	61,9	64,3	158	58,5	60,8	155	33,8	35,1	130	-13,7	-14,2	83
Douro e Terra Quente	10,1	9,6	116	3,5	3,3	109	-4,8	-4,5	101	-29,1	-27,6	76
Montanhas e Plan. Norte Interior	37,1	24,7	187	35,3	23,5	185	15,8	10,5	166	29,0	19,3	179
Cordilheira Central e Pinhal Interior	43,2	118,3	80	47,8	131,0	84	34,8	95,4	71	5,5	15,0	42
Centro Litoral	6,7	17,8	45	8,9	23,5	47	7,1	18,8	45	-21,3	-56,1	17
Oeste, Lx e Península de Setúbal	-5,3	-8,9	55	-6,3	-10,5	54	20,0	33,4	80	-23,9	-39,9	36
Ribatejo	-39,8	-35,2	73	-37,6	-33,3	75	-22,3	-19,7	91	-31,5	-27,8	82
Beira Baixa e Alentejo	-117,9	-22,3	411	-112,0	-21,2	416	-100,2	-19,0	428	135,9	25,7	664
Algarve	12,2	34,8	47	12,1	34,7	47	16,8	48,0	52	1,6	4,6	37

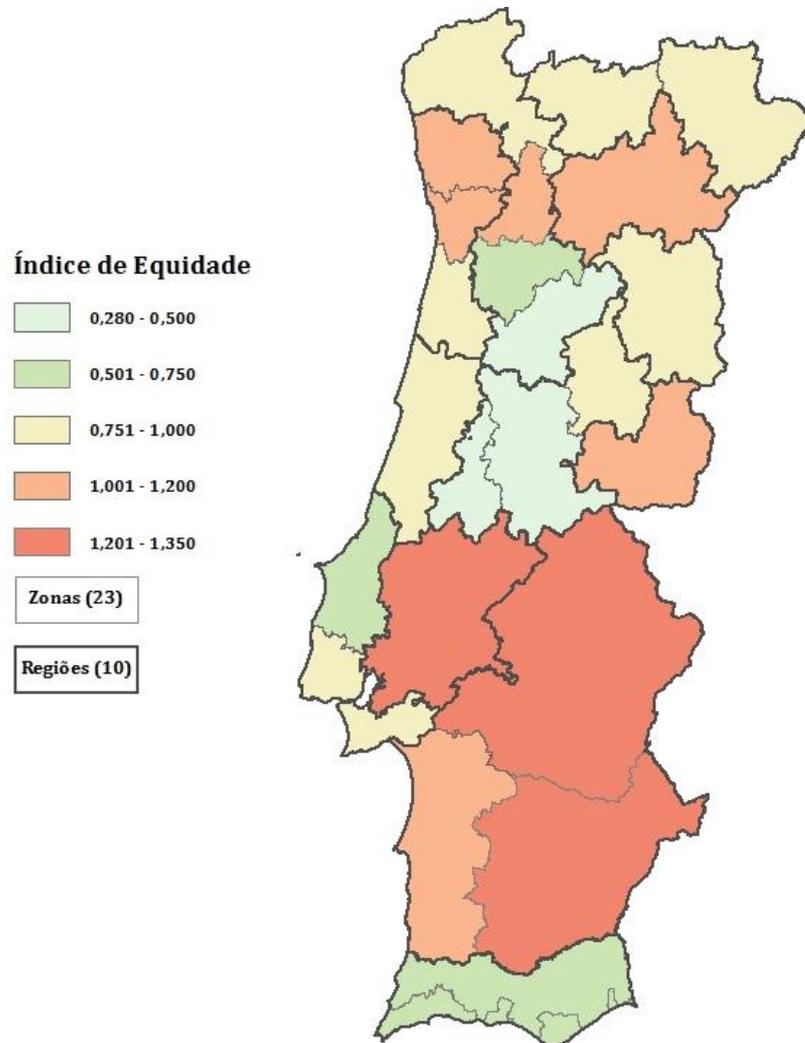
Repartição Territorial da Despesa Pública PAC
 Convergência para Equidade - Cenário 3
 Transferências Inter-regionais (milhões €)



Repartição Territorial da Despesa Pública PAC
 Convergência para Equidade - Cenário 3
 Transferências Inter-regionais (% da dotação inicial da região)



Repartição Territorial da Despesa Pública PAC no Limiar 2020 Índice de Equidade



O Índice representado no Mapa à esquerda é a razão entre a Despesa Pública PAC que cada Zona receberá em 2019 de acordo com a atual programação e o que receberia em função da chave de convergência para a equidade territorial do Cenário 3.

Exemplifique-se:

- Se uma zona tem um índice como o valor 1,3 tal significa que a dotação previsível de DP PAC que lhe é atribuída excede em 30% o que devia receber de acordo com o cenário de convergência para a equidade; neste caso, a concretização da convergência implica uma redução de 23% (30/130) da sua dotação;
- Se o valor do índice de uma zona for 0,50 esta recebe metade do que lhe caberia em linha com o mesmo cenário 3. A convergência implica um reforço da sua dotação de 100% (50%/50%).

Os resultados apresentados na página anterior mostram que a concretização do cenário 3 determina uma redistribuição de apenas 10% do total da DP PAC, com as regiões mais perdedoras a sofrerem reduções inferiores a 20% e a região mais beneficiada a obter um ganho de quase 100%, dada a sua situação muito desfavorável à partida. Este cenário de redistribuição tem significativas semelhanças com os modelos que têm presidido aos mais importantes processos de redistribuição de fundos da PAC entre Estados-membros, com ganhos para Portugal e em geral com o sua concordância...